



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO PLURIANUAL 2014-2017 E ORÇAMENTO 2014
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12 DE NOVEMBRO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 24ª audiência pública de 2013, sendo a 8ª audiência pública sobre os PLs 694/13, Plano Plurianual e 2014, 2017 e o 695/13, Orçamento de 2014, quarta temática.

Temas da audiência: Secretaria de Transportes, fundo de desenvolvimento de transito; São Paulo Transportes – SP Trans; Companhia de Engenharia de Tráfego – CET; Secretaria de Segurança Urbana; Secretaria de Educação; Serviço Funerário; Coordenação de Vigilância de Saúde; Centro de Controle de Zoonoses; Autarquia Hospitalar.

O calendário contendo as informações sobre as demais audiências está disponível no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, *link* Orçamento 2014. A íntegra da transcrição desta audiência pública está disponível no Portal, no *link* audiências públicas, registro escrito.

Informo que as inscrições estão abertas, assim como estão disponíveis os formulários de encaminhamento de solicitação, por escrito.

Foram convidados para participar: Sr. Secretário Jilmar Tatto, Secretário de Transportes que, até o momento, não se encontra entre nós; Sr. Roberto Porto, peço que faça parte da mesa.

Daremos início com a Secretaria de Segurança Urbana. O Sr. Secretário, Dr. Roberto Porto, poderá vir acompanhado da assessoria, se assim o desejar.

A sequência será a seguinte: passaremos ao Dr. Roberto Porto, muito bem-vindo à Câmara Municipal de São Paulo, para que faça esclarecimentos a respeito do Orçamento 2014 para a sua pasta, em seguida abriremos às pessoas inscritas para as perguntas.

O SR. ROBERTO PORTO – Bom dia, Presidente, Vereador Paulo Fiorilo e demais companheiros presentes nesta oportunidade. Falarei sobre o Orçamento da Secretaria de Segurança Urbana, que é de R\$334.287.214,00.

Desse montante, 80% diz respeito à folha de pagamento, ou seja, R\$267.464.840,00. Sobrando R\$66.822.374,00.

Quero fazer menção aos principais contratos da Segurança Urbana, sendo que o primeiro deles é o da locação da frota, no valor de R\$8.427.655,08. Nós renovamos esse contrato neste ano. A frota da Guarda Civil Metropolitana é de 223 veículos, foi trocada 60% com o mesmo valor. Conseguimos renegociar, ter uma frota nova, com o mesmo valor do contrato anterior.

Outro contrato importante é o das câmeras de vídeo monitoramento, no valor de R\$5.553.465,00. Cada câmera custa, para minha surpresa, hoje, R\$4.500,00, por mês. Tivemos uma redução, em cima desse valor que já é alto, em 25% com a renegociação. Girava em torno de R\$6.000,00, cada câmera na cidade de São Paulo. Temos um contrato de 100 câmeras, fora as imagens que são cedidas pelas demais instituições.

O contrato da Prodam também é importante, cujo valor é de R\$5.611.867,00.

Cartão combustível: R\$2.356.657,00.

Limpeza predial que não atinge toda Guarda, é um problema também. Várias inspetorias não são cobertas por esse contrato, cujo valor é de R\$1.488.214,00.

O contrato das impressoras departamentais: R\$850.602,29.

E agora temos obrigações legais, que dizem respeito ao contrato de seguro de vida e à avaliação psicológica. O seguro de vida é de R\$254.490,02 e da avaliação psicológica: R\$212.475,00.

Temos também gastos com a estruturação do Centro de Formação, estamos gastando R\$238.063,55. A Guarda, como todos sabem, abriu concurso para dois mil novos integrantes, teremos de reestruturar o Centro de Formação, para poder receber esses novos integrantes. A Guarda não recebia novos guardas há nove anos e o Centro de Formação não está preparado para isso.

Restam em caixa, hoje, na Segurança Urbana, R\$273.035,90.

Conseguimos, em emenda parlamentar, R\$881.000,00 que têm sido utilizados para compra de uniformes, que é importante; reestruturação também do Centro de Formação; troca

dos equipamentos da banda da Guarda, pois os instrumentos são comprados do próprio bolso dos guardas; equipamentos de proteção dos guardas, do IOP, setor de contenção da Guarda em relação às manifestações – escudo, capacete e equipamentos de proteção.

Em princípio é isso, em aberto a qualquer questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Antes de passar aos inscritos, peço à secretaria que traga a lista.

Quero questionar o Sr. Secretário sobre o seguinte: tivemos os investimentos da Secretaria, a qual o senhor responde, em 2012 foram investidos R\$51.092.744,00; empenhados, em 2012, R\$2.415.000,00; orçado, para 2013, 35 milhões; atualizados, até setembro: R\$33 milhões; liquidados, dois milhões novecentos e pouco.

Proposta para 2014: R\$8.696.000,00 – quer dizer, de um investimento, em 2012, de 58 milhões, vocês passam a ter, em 2014, pelo orçamento pedido, a verba de oito milhões.

Quer dizer: um quinto de investimento que vocês tinham, em 2012.

A minha pergunta ao Sr. Secretário é a seguinte: claro que toda secretaria, pelo nosso conhecimento, faz um orçamento da sua necessidade, encaminha ao Secretário de Finanças e Planejamento, e é cortado, naturalmente. Agora, o prejuízo é muito grande.

Eu estava discutindo há pouco com o Vereador Paulo Fiorilo, que é o relator do Orçamento do Município, o que está fazendo as pessoas fugirem da nossa cidade é o trânsito e a segurança. Se a segurança de São Paulo não tiver investimento vai prejudicar a população.

Claro que a sua vantagem, Sr. Secretário, não seria só os oito milhões, seria os 51 milhões, acredito eu. Mas o corte vai prejudicar em quê? Que, pelo que ele entendi, V.Exa. pediu 60 milhões, está recebendo 60, não é? (Pausa) Não, perdão, só está recebendo a metade. Quer dizer, pediu 500 milhões, quem sabe; e estão propostos 248, não é isso?

Então, dos projetos de V.Exa., na sua Secretaria, o que será prejudicado? Pergunto isso porque os Vereadores têm as emendas parlamentares. V.Exa. mesmo colocou aí que 800 foram das emendas. E também o Sr. Relator, nós podemos sensibilizá-lo que, quem sabe, em

vez de gastar com publicidade, é melhor gastar com segurança. Então, por isso a pergunta: quais os projetos mais importantes serão cortados com esse aumento que foi colocado a V.Exa.?

O SR. ROBERTO PORTO - Nós tivemos de nos adequar à realidade hoje do Município. Obviamente que a vontade era de poder atender a todas as demandas da Segurança Urbana. Nós estamos dando prioridade, Presidente, às questões pessoais do guarda, como: melhora das inspetorias. Há previsão de uma reforma, de autorização de 600 mil reais - 620 mil reais, para ser mais preciso -, no ano que vem, para reforma de 31 inspetorias, porque as inspetorias, muitas delas, estão caindo aos pedaços. Está aqui o CD Augusto, Presidente do Sindguardas, que pode confirmar depois, com mais precisão, o lastimável estado em que sem encontram algumas das inspetorias hoje na Cidade.

Então, pretendemos reformar as inspetorias, comprar mais inspetorias; comprar mais uniformes porque o guarda, até este ano, tem comprado uniforme do próprio bolso, o que é um absurdo. Nós temos uma Portaria que determina que o guarda tem de usar uniforme, mas o Município não tem fornecido uniforme para ele. Então, estamos investindo na pessoa do guarda e obviamente que limitando, por exemplo, a expansão do videomonitoramento, que é caríssimo. Então, poderia dizer que esse é o maior corte.

Reduzimos a aquisição de câmeras; reduzimos o contrato para poder nos adequar à nossa realidade...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - E o concurso para os 2 mil, será mantido o aumento da Guarda?

R - O concurso de 2 mil novos guardas, há previsão para, no ano que vem, chamarmos, pelo menos, mil guardas.

P - Mil?

R - É. Em relação a isso, temos previsão orçamentária. Não teríamos para 2 mil, mas temos 500 no primeiro semestre e quinhentos no segundo.

P - Queria anunciar que se encontra entre nós - faz parte da Comissão de Finanças e Orçamento - o Vereador Ricardo Nunes.

Chamaria para usar a palavra o Sr. Carlos de Souza Silva, Presidente do Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos.

O SR. CARLOS DE SOUZA SILVA - Bom dia, Sr. Presidente, demais Vereadores, Sr. Secretário, seu Chefe de Gabinete.

Meu caro Vereador Roberto Tripoli, o senhor falou de 58 milhões do ano de 2012, e eu posso falar que, de 2010 para cá, o guarda civil metropolitano não conseguiu ganhar uma camisa da Administração Municipal. O guarda civil, por várias vezes, teve de colocar papelão na sua bota, porque estava furada; as viaturas estavam um cacareco, estavam caindo aos pedaços.

Então, falar que houve investimento em anos anteriores é uma piada de mau gosto, não no sentido da sua pessoa falar, mas falando da Peça Orçamentária. A nossa esperança é que, em 2014, tenhamos, pelo menos, condições de fornecer para cada guarda civil metropolitano, pelo menos, uma calça, uma camisa e um par de botas.

Quero perguntar ao Sr. Secretário exatamente essa questão dos investimentos. Sr. Secretário, temos um videomonitoramento que é extremamente caro, como o senhor afirmou e que nós já tínhamos denunciado anteriormente. A população reclama por segurança. Adianta colocar videomonitoramento de última geração, se não houver o guarda lá na ponta da linha para atender? Ou vamos ficar simplesmente um *big brother*, assistindo às pessoas serem vitimadas pela violência? E não adianta nada porque a sensação de insegurança continua. Então, primeiro, essa questão, que o senhor fizesse uma explanação melhor sobre essa questão do videomonitoramento.

Temos uma perspectiva de termos uma reformulação no Plano de Cargos e Carreira. A Administração tem alguma rubrica já no Orçamento para a questão da reestruturação salarial do ano que vem? Essa é a minha pergunta.

Obrigado.

P - Antes de passar ao Sr. Secretário, vamos ouvir o Sr. Fábio. Lembrar que é o último inscrito em relação à Secretaria de Segurança. Fábio, bom dia.

O SR. FÁBIO - Obrigado, Vereador Roberto Tripoli. Bom dia a todos e todas: Vereadores Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes; Sr. Secretário de Segurança Urbana, Dr. Roberto Porto; Sr. Secretário de Educação, Professor Cesar Callegari; munícipes; assessorias; público e imprensa presentes. A Secretaria de Segurança Urbana é uma Secretaria bastante importante para cidade de São Paulo. Até, em 2005, tentaram extinguir, ocorreram histórias bastante desagradáveis, num passado não muito remoto, para com esta Secretária. Portanto, é necessário tentar entender por que, no Orçamento, que hoje, somando inclusive as empresas que estão em discussão nesta Casa, foi para 56 bilhões de reais - 50 da administração direta, mais 6 bilhões da administração das empresas municipais -, o Orçamento para 2014 de sua Secretaria só aumentou 16 milhões de reais. Quer dizer, quase nada. É uma situação que, como falou aqui o munícipe antecessor no uso da palavra, realmente é difícil, porque um Orçamento que aumenta, no geral, muito e, para a segurança urbana, aumenta quase nada, mostra que segurança urbana não é prioridade realmente para o ano que vem, haja vista que, daqui a pouco, vamos discutir transporte e, só em uma rubrica, com operações tarifárias, está em 1,6 bilhões de reais. Quer dizer, para algumas coisas, muito; para coisas como segurança urbana, GCM, quase nada.

E, no tocante à sua Pasta, houve uma estranheza, no Plano Plurianual 2014 - 2017, páginas 195 e 196: na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, ao apresentar seu Orçamento, verificou-se que programas como rede de eventos devido a racismo (?), mapa da juventude paulistana - está na página 196 - estão, de acordo com a página 195, sob o órgão responsável, Segurança Urbana. Quer dizer, ao invés de estar num órgão de Direitos Humanos e tudo... Os Direitos Humanos estão, mas como um órgão participante, está sob a sua Secretaria: órgão responsável, a Segurança Urbana. O senhor poderia me explicar o que

aconteceu? Pois há certa mistura entre questões mais sociais e questões mais de segurança, até aparatos militaristas, vamos dizer assim.

E, última questão, referente a investimentos: realmente, quando da experiência exitosa do Orçamento Participativo, na gestão Marta Suplicy e Secretário de Segurança Benedito Mariano, a proposta mais votada em toda a região de São Paulo era a implantação de novas bases de GCM, bases fixas. Não vemos aqui no Orçamento esse projeto de implantá-las lá no Jardim Umarizal, realmente onde precisa mesmo, em áreas onde há maior concentração de violência e criminalidade.

Então, gostaria de saber se foi abandonado esse projeto, porque é lamentável, porque a Gestão Serra / Kassab abandonou de forma cruel essa implantação de novas bases. Tudo isso é necessário realmente, em nossa opinião, que volte esse projeto, até para melhorar a questão da Segurança Urbana nesta cidade, bem como, também, uma maior intensificação em próprios, como escolas municipais, UBSs que, vez ou outra, aparecem com assaltos, que não havia o guarda lá. Então, sobre toda essa questão é necessário ouvir um pouco o Sr. Secretário Dr. Roberto Porto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Nós que agradecemos a participação do Fábio.

Passo a palavra ao Vereador Relator do Orçamento, Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Ou, desculpe, se V.Exa. preferir, o Secretário responde.

O SR. PAULO FIORILO – Secretário, na realidade, assim: em toda a discussão orçamentária que estamos fazendo esse ano sempre há uma necessidade maior de recursos em cada Pasta. Natural até, por conta dos vários projetos que cada Secretaria vem desenvolvendo e projetando para 2014.

O Vereador Roberto Tripoli fez até a sugestão de se tirar dinheiro da área de comunicação. Até fui olhar para ver se era possível, mas, para o próximo ano, tem 25% a menos. Talvez tenhamos que buscar em outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Qual o valor?

O SR. PAULO FIORILO – São 166 milhões. Já tivemos mais, em 2012 e 2011 os valores eram maiores. Talvez seja aqui a saída. Teremos de buscar outra.

Gostaria de deixar duas preocupações minhas que, talvez, o senhor me ajude a esclarecer. Chama-me à atenção que o Estado tem uma dependência muito grande dos Municípios. Falo isso porque fui Secretário em osasco e pude perceber o quanto o Estado tira do Município para pagar suas atribuições.

Também observei que, no Orçamento de 2014, há o seguinte: “Operação e manutenção de supervisão geral das juntas do serviço militar, R\$ 235 mil”. Tudo bem que não é um valor exorbitante, mas me parece ser mais um dos vários outros itens que o Estado pede para o Município.

Por exemplo, Bombeiros. É algo incrível, pois o Bombeiro só sobrevive se houver recurso municipal, quando deveria ser atribuição e dotação do próprio Estado.

Gostaria que o senhor comentasse tudo isso.

E, no caso da Secretaria do Senhor, se só essa questão da junta é que sobressai, ou se há outras dotações.

A segunda questão diz respeito a videomonitoramento. Existe alguma parceria com o Governo Federal no programa de segurança no que tange ao repasse de recursos federais para esse fim? Não só no videomonitoramento, mas em outros itens daqueles componentes da segurança urbana.

Termino só com uma observação. Ouvi o Fábio e gostaria de perguntar: “Quantos homens temos na Guarda, hoje?”

O SR. ROBERTO PORTO - Seis mil, cento e vinte e oito.

O SR. PAULO FIORILO – Vamos fazer uma conta redonda: 6 mil homens. Tem mais 2 mil que devem ser chamados.

Fico imaginando que, para atender a demanda de bases fixas no Município, quantos homens deverão ser disponibilizados. E daí, quantas escolas irão reclamar da ausência do guarda. Pois, vejam: quando se coloca um guarda numa base fixa, ele fica retido ali, não pode nem abandonar a base. Se ele abandonar a base, ele será processado por abandono do equipamento.

Estamos num momento oportuno para fazer um bom debate sobre isso, ou seja, de que forma a Guarda, com 6 mil homens - que têm papel específico – pode contribuir no combate à violência e na ajuda à segurança que, teoricamente, não são suas atribuições, mas que podem ser pensadas. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Antes do Sr. Secretário responder, o último inscrito é o Vereador Ricardo Nunes. Em seguida, a palavra é do Sr. Secretário.

Com a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Roberto Porto, esse é meu primeiro ano de mandato. Confesso que estou me esforçando para aprender e estudando bastante, porém há coisas que não consigo entender.

Por exemplo: porque algumas Secretarias tiveram tantos incrementos e outras como a de Assistência Social e a de Segurança Urbana – coincidência – foram lá para baixo; enquanto a de Transporte subiu. Gostaria que trabalhássemos melhor o ano que vem, politicamente.

Estive no sábado com o Prefeito Fernando Haddad, junto com V.Exa., na região do Marsilac-Parelheiros e sabemos que existe um projeto do Sr. Prefeito de fazer um plano de desenvolvimento sustentável para aquela região.

Comento isso porque existe também a ideia de se instituir a Superintendência Ambiental. Mas não vejo aqui nenhuma possibilidade dela ser implantada e, daí, aquele projeto

todo de se conseguir um projeto sustentável naquela região da APA Capivari Monos. Se não houver apoio por parte de sua Secretaria, junto com o trabalho da Superintendência Ambiental e da Guarda Civil Metropolitana, aquilo não vai andar para a frente. As pessoas vão entrar na cachoeira e, na volta, não encontrarão suas bolsas, chinelos, mais nada.

Também não estamos podendo contar com o Estado, do jeito que anda a segurança da Cidade. Aliás, na última reunião de segurança dessa Casa, o próprio Vereador Coronel Camilo – que foi Comandante e homem de Segurança do Governo Alckmin – comentou conosco que a segurança está um caos. Isso até me assustou.

Então se não dependermos da Guarda Civil Metropolitana estamos perdidos.

Portanto, minha pergunta é com relação a essa importante criação da Superintendência Ambiental até por conta desse relato que te passei.

Outro assunto, Sr. Secretário, é que eu e os Vereadores Reis, Ari Friedenbach, Conte Lopes, enfim, uma comissão de Parlamentares, visitamos o monitoramento – o presidente do Sindicato, inclusive, fez um comentário interessante – e verificamos que algumas pessoas estavam fazendo uso de crack, maconha ou cocaína não sei, daí dissemos: “Lá estão usando crack”. Resposta: “Ah, é mesmo”. Perguntamos: “Vocês não vão fazer nada?”, daí nos disseram: “Vamos acionar uma viatura para ir lá”.

Bem, esperamos, esperamos, esperamos, e a viatura não chegava. Constatamos, novamente, que é um fato concreto. Quando estávamos já no elevador, um guarda da GCM correu e disse: “Olha Vereador, volta, pois conseguimos mandar uma viatura para lá”.

Ou seja, é fato que tem câmeras, mas não tem o efetivo para poder estabelecer essa conexão do serviço.

Há algo mais que me chamou a atenção: o valor de R\$ 4,5 mil por câmera que, aparentemente, se mostra bastante abusivo. E digo isso porque tomei a liberdade de ligar para a empresa que faz o monitoramento do Rio de Janeiro. Eu disse: “Fui visitar uma central de São Paulo e soube que é R\$ 4,5 mil o aluguel de cada câmera”. A empresa de lá me

respondeu o seguinte: “Pelo amor de Deus, no Rio de Janeiro o sistema é diferente, pois a Prefeitura adquiriu os equipamentos e eles tem um contrato que dá o monitoramento”.

Mas, de uma forma genérica, eles disseram o seguinte: “É possível fazer esse serviço por metade desse preço”.

Então não tenho dados, nem documentos, é só a experiência, a curiosidade de um Vereador iniciante se sentindo, às vezes, indignado por algumas coisas, e, por isso, ligar e falar.

Acho, Sr. Secretário, que o senhor poderia ter uma atitude bastante contundente com relação a isso e investigar esse contrato, que me parece haver algo de muito errado nisso.

Só para complementar, eu vi na Central de Monitoramento que existem câmeras da CET, bem como de vários locais, e a Secretaria de Educação tem, se não me engano, mais de mil câmeras nas escolas, assim como há outros órgãos ricos que possuem estrutura grande e que, por uma questão de razoabilidade, aproveitar essas câmeras.

Você pega a Secretaria de Transportes, do Jilmar Tatto, verifica que é uma Secretaria milionária e ficará mais rica ainda. Nós, primos pobres, poderíamos, de repente, utilizar essa riqueza que as outras Secretarias têm para poder melhor aproveitar os recursos.

Era esse o comentário, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Passo ao Sr. Secretário para as respostas.

O SR. ROBERTO PORTO - Temos de levar em consideração a situação que assumimos nessa gestão, em especial, a Guarda Civil Metropolitana que vem sendo mencionada.

Temos hoje, no Município, mais segurança privada do que Guarda. E as Secretárias gastam, embora eu não tenha esse número, mais com segurança privada hoje no Município do que no orçamento da Guarda Civil Metropolitana. Esse é, inclusive, objeto de um inquérito civil na Promotoria do Patrimônio Público da Capital porque há um desvirtuamento

total das funções de segurança no Município.

O SR. RICARDO NUNES - Sr. Presidente, só um minuto, permita-me um adendo de algo que esqueci. É bem rápido.

Sr. Secretário, mais uma pergunta, se o senhor puder complementar.

Os parques ligados à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente têm uma segurança contratada e, mesmo assim, há Guardas Civis Metropolitanos indo lá para dar segurança a esses parques. Não parece um contrassenso? Até porque os guardas que lá estão ganham mais do que os Guardas Metropolitanos. Talvez não o salário final, mas o valor do contrato pago.

Era só uma observação com relação aos parques.

Obrigado.

O SR. ROBERTO PORTO - Há uma preocupação muito grande em substituir e acabar com esse desvirtuamento, por isso, logo nos três primeiros meses de Governo, o Prefeito já determinou abertura de concurso. Há nove anos o Município não investia em pessoal, num concurso e em concurso de acesso. Se formos analisar hoje a estrutura da Guarda Civil Metropolitana, veremos que 50% da Guarda estão num único estágio da carreira. Quer dizer, é um *Frankenstein*. Não tem concurso de acesso.

Então, os guardas estavam absolutamente desmotivados porque não se investia nisso. Há uma previsão de substituir toda segurança privada pelos guardas, em especial, nas escolas e nos parques. Óbvio que existe aquele serviço de zeladoria, de abrir e fechar portão, mas aquilo deve ser a minoria da minoria. Quando assumimos a gestão, no Ibirapuera havia muito mais segurança privada do que guardas. Conseguimos inverter essa lógica lá. Já invertemos também no Parque do Carmo, mas não temos fôlego para estender às demais áreas verdes da Cidade. A intenção é essa, até porque, legalmente, essa é a obrigação da Guarda e do Município. Estamos sujeitos inclusive a enfrentar uma ação civil pública por parte do Ministério Público por causa disso. Daí a necessidade de realizarmos concursos e fazer

essa substituição.

Em relação às câmeras de videomonitoramento. Na minha avaliação, esse valor é a maior desproporção que existe hoje na Secretaria de Segurança Urbana. Ele é compatível com o mercado, obviamente que ele não é só a câmera, tem a imagem, a tecnologia. Todas as câmeras próprias que o Município tinha – como acontece no Rio de Janeiro – estão paradas por falta de manutenção, porque elas, principalmente nessa época de manifestações, são frequentemente quebradas. Por isso, os Municípios têm optado pela locação e não pela aquisição. Nosso valor é compatível com o que é pago pelo Estado. Conseguimos ainda, com muita briga, reduzir esse custo em 25%. Hoje custa 4.500, quando chegava a quase seis mil reais.

Havia uma previsão de melhora nessas câmeras no que diz respeito à tecnologia e em substituí-las por uma modalidade de câmera, utilizada inclusive na CET: a CR – que faz a leitura da placa. Para nós, na Guarda, não tem tanta necessidade. Por isso seguramos, reduzimos o número de câmeras, seguramos a ampliação e estamos investindo em uniforme, na melhora da inspetoria, ou seja, na pessoa do guarda. Essa é a nossa prioridade.

No próximo ano, teremos mais mil guardas. Há previsão sim. Estamos finalizando o projeto da Superintendência Ambiental, que está sendo encaminhado para Sempla e que é muito importante. Hoje a Guarda Ambiental está espalhada nas diversas inspetorias. Não temos um núcleo concentrado com a Guarda Ambiental, sob um comando único. Ela está espalhada e não conseguimos um resultado muito eficaz em razão disso. Daí o porquê da criação da Superintendência Ambiental muito enxuta para não criar custo, mas é uma necessidade nossa.

A questão das bases fixas. Hoje há uma tendência em não se investir mais em base fixa e sim em base móvel. A base fixa custa por mês 17 mil reais e a criminalidade é móvel, se movimenta, então, a base móvel acompanha essa criminalidade. Estamos conseguindo ampliar o número de bases móveis por meio de um convênio com o Governo

Federal. Quando houve o problema do *crack* - mencionado pelo Vereador Ricardo - recebemos cinco *kits*, cada um com um ônibus - que é uma central de monitoramento -, dois veículos, duas motos, *spray* de gás pimenta e choque *taser*. Esse *kit* foi distribuído para o Brasil inteiro. Na cidade de São Paulo, o Governo Federal disponibilizava 11 desses *kits*, em que cada um deles tem um custo aproximado de 1,500 milhão de reais. Conseguimos para a Guarda, quase que metade, cinco *kits*. Um deles está indo para a região da Luz, outro já se encontra na Praça da Sé - onde existia um foco grande de concentração de tráfico e usuários de *crack* -, outro vai para Teotônio Vilela - sei que há uma grande demanda -, outro para a Saúde e outro para a República. Até o final desta semana, três dessas bases, estarão funcionando: Sé, República e Luz, na Praça Júlio Prestes - onde há também um grande foco de concentração.

A questão de a igualdade racial estar no Plano Metas. Na Secretaria da Igualdade Racial, há um item que diz respeito à Guarda Civil Metropolitana, certamente - pelo que entendi -, diz respeito ao Programa Juventude Viva, que está espalhado em cinco principais pontos da cidade de São Paulo, com uma ligação direta com a Guarda Civil Metropolitana. Essa é a causa de ser uma meta compartilhada entre a Segurança Urbana e a Secretaria de Igualdade Racial.

Outra pergunta colocada diz respeito à rubrica em relação ao plano de carreiras. Não temos, mas está sendo negociado com Sempla. É uma preocupação muito grande, porque a gente sabe que as negociações vão bem e nós vamos precisar de um reforço orçamentário para poder melhorar a condição do guarda, no que diz respeito ao plano de cargos e salários.

Quanto às Juntas de Serviço Militar, que é uma questão importante também. Hoje, temos 21 Juntas de Serviço Militar funcionando em estado absolutamente precário. Na Junta da Freguesia do Ó, o telhado cedeu. Ela funciona junto à Subprefeitura e causou perigo à integridade física das pessoas que frequentam o local. Hoje no Município, há 93 mil pessoas que se alistam anualmente por meio dessas 21 Juntas de Serviço Militar e não há - como bem

colocou o Vereador Paulo Fiorilo – um único centavo do Estado ou das Forças Armadas para a manutenção delas. É um custo que o Município tem de arcar e que é muito caro, porque nosso orçamento já está muito aquém do que desejávamos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Antes de encerrar a presente audiência em relação à Secretaria de Segurança Urbana, foi levantada uma questão séria relacionada aos parques e a outros órgãos, por terem a sua guarda patrimonial feito por segurança privada. Quer dizer, votei na criação da Guarda Civil Metropolitana – criada numa época em que eu era Parlamentar desta Casa – e a função dela é cuidar do patrimônio do Município. Então, se é para cuidar do patrimônio, por que as Secretarias irão contratar segurança particular?

Como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, acho que cabe um requerimento, Vereador Ricardo? Queremos saber, porque V.Exa. sempre levanta o custo dos prédios, enfim, saber quanto cada Secretaria gasta com segurança, qual o valor e em que locais são utilizados essas seguranças. Acho que é o momento de se levantar isso e criar uma discussão, porque caberia à Segurança Urbana aumentar o número de guardas. O pessoal não tem roupa, não tem calça, não tem camisa e está contratando segurança particular, por quê? Não é? Acho que o porquê é o mais interessante.

Acho que cabe a nós, Ricardo e Paulo, amanhã, na reunião, já fazer um requerimento. Peço ao Gilberto e ao Mario que o redija, ele pode ser de minha autoria mesmo, querendo saber de todas as Secretarias, quanto utilizam de verba para segurança, quanto pagam, o porquê e onde estão locados, porque aí vamos cruzar e informar. É uma situação, desculpe, eu que estou aqui há muitos anos, não tinha tanto essa questão, Secretário.

Muito obrigado pela participação do nosso promotor e Secretário do Município de Segurança Urbana, Roberto Porto, muito bem vindo à Câmara de São Paulo.

Vamos dar início ao próximo tema agora.

Convidamos a fazer parte da mesa o Sr. Secretário Antonio César Russi Callegari. Com a participação do Secretário de Educação, os Vereadores Ricardo Nunes, Paulo Fiorilo,

nós vamos dar início à audiência pública que trata do Orçamento para 2014 da Secretaria de Educação. Adiantamos ao Secretário que terá um tempo para expor seu orçamento e, em seguida, perguntas das pessoas aqui presentes.

Tem a palavra o Secretário César Callegari.

O SR. CÉSAR CALLEGARI – Bom dia. Cumprimento o Presidente, Vereador Roberto Tripoli, Vereador Paulo Fiorilo e Vereador Ricardo Nunes. Quero cumprimentar a todos que acompanham essa importante audiência pública sobre o tema Orçamento e Plano Plurianual.

A primeira manifestação que queria fazer é que já tive oportunidade de estar aqui nesta Casa para apresentar com mais detalhes, é que a Secretaria de Educação está implementando neste momento um grande programa de reforma do ensino público municipal que foi batizado aqui na cidade de São Paulo como Mais Educação São Paulo. É um programa que toca praticamente em todas as dimensões do processo educativo na nossa cidade e que, portanto, toca e trabalha as questões de infraestrutura com forte viés para ampliação de oportunidade educacionais, sobretudo na área da educação infantil, isso é o principal, creches, pré-escolas, os CEIs e EMEIs na nossa cidade, mas, também, uma carga muito grande de esforços relacionados à melhoria da qualidade da educação no nosso município.

Para duas outras referências iniciais, no que diz respeito aos esforços de ampliação, nós somos herdeiros de uma demanda muito forte por vagas nas unidades de educação infantil do nosso município. Hoje, para que os Srs. Vereadores tenham esse dado mais atualizado e também os que nos acompanham, temos na fila, aguardando uma oportunidade numa creche na cidade de São Paulo, aproximadamente 157 mil crianças. É claro que esse número vai variando mês a mês, já que as crianças nascem, ou chegam na cidade de São Paulo, as demandas acontecem a cada dia, e a inclusão dessas crianças no sistema educacional é feito principalmente ao final e começo do ano, nós estamos nos preparando para acolher 90 mil crianças que agora vão se matriculadas, já que exatamente 90

mil crianças saem das creches e CEIs para irem para pré-escola. Então a cada ano o grande movimento de matrículas acontece entre dezembro e janeiro. Durante o ano, claro que os esforços têm acontecido e estamos, por exemplo, neste ano de 2013 temos um resultado líquido até o mês de setembro de aproximadamente oito mil novas matrículas. Isso durante o ano, resultado de esforços de creches e Centros de Educação Infantil que foram inaugurados, e também da ampliação qualificada dos convênios que nós mantemos com essas unidades.

Mas o que importa aqui dizer são dois dados significativos que tem a ver com orçamento é que nós temos um plano bastante arrojado, aliás, o mais arrojado da história cidade de São Paulo, que foi o plano que foi debatido com a cidade de São Paulo no período da campanha do Prefeito Fernando Haddad, de criação de 150 mil vagas na educação infantil. Cerca de 105 mil vagas em unidades que vão acolher e proporcionar criança de zero a três anos, portanto, CEIs e creches conveniadas e aproximadamente 45 mil vagas nas unidades de pré-escolas, que são as EMEIs em nossa cidade.

Para que isso seja realizado, nós temos aí, e está no plano de metas e também recepcionado no Plano Plurianual, a construção de 243 novos equipamentos de creche na cidade de São Paulo. É o maior plano de obras da cidade de São Paulo em termos de ampliação de creches e uma quantidade grande também de unidades de educação pré-escolar, que são as EMEIs. Além disso, também os esforços grandes em investimentos em ensino fundamental com a expectativa de terminar de uma vez por todas com o turno da fome, que é o turno intermediário, e também melhorar as condições para ampliação do tempo de exposição do conhecimento, o tempo escolar das pessoas e jovens que estudam no ensino fundamental.

Então, Srs. Vereadores, são 367 obras ao todo, com investimentos da ordem de 2,6 bilhões de reais ao longo desses próximos quatro anos, quer dizer, envolvendo 2013, 14, 15 e 16 e 17, que é o Plano Plurianual. Esses investimento serão feitos, como eu vou procurar rapidamente demonstrar, com esforço enorme da Prefeitura Municipal, com grande esforço de

parceria, consagrando o regime de colaboração previsto na própria de Diretrizes e Bases da Educação com o Governo Federal. Das 243 unidades de creche e CEIs da cidade que serão construídos, 172 serão edificadas com apoio do Governo Federal e aproximadamente 60 com apoio do Governo Estadual. Com o Governo Federal as coisas estão bastante pactuadas, com o Governo Estadual, inclusive com interlocução com deputados estaduais que nesse instante preparam também a lei orçamentária e nós pretendemos que na dinâmica própria do Parlamento Estadual possam surgir emendas que possam recepcionar a retribuição que a cidade de São Paulo dá ao próprio estado na medida em que na nossa cidade é grande o volume de recursos que na forma do imposto principal, que é o ICMS é transportado exatamente para o Governo do Estado. O que se pretende nesse diálogo com o Governo Estadual é também o retorno para a cidade daquilo que a cidade oferece para o próprio estado na forma do principal imposto, que é o ICMS.

Eu coloquei alguns traços, mas não poderia deixar de tocar para terminar essa alusão do programa Mais Educação São Paulo o enorme esforço que estamos realizando exatamente na melhoria da qualidade. Então não é só quantidade, embora ela seja talvez aquilo que mais impacte na área dos investimentos, mas quando falamos das questões relacionadas à qualidade, aí são o volume de recursos destinados a custeio. Como é sabido, estamos fazendo um grande esforço relacionado à melhoria da qualidade na educação infantil. Durante esse ano de 2014 nós vamos realizar, com amplo debate, esperamos que a Câmara Municipal participe intensamente disso, da fixação de novos padrões de qualidade para a educação infantil. A cidade de São Paulo já tem e conta, inclusive nos convênios e no funcionamento das nossas unidades de educação infantil, com padrões de qualidade que são pré-estabelecidos, mas nós precisamos avançar em relação a isso. O Ministério da Educação, do qual participei até 31 de dezembro do ano passado, produziu parâmetros de qualidade e nós pretendemos recepcionar esses parâmetros produzidos a partir de um grande debate nacional, também como parâmetro aqui para a cidade de São Paulo, e implementá-los na

forma de...

Dezembro do ano passado produziu parâmetros de qualidade e pretendemos recepcionar esses parâmetros produzidos a partir de um grande debate nacional também como parâmetro para a Cidade de São Paulo e implementá-los na forma de um melhor sistema de supervisão e monitoramento e acompanhamento da qualidade, ainda mais sabendo que uma parte significativa das vagas oferecidas hoje na educação infantil, sobretudo na modalidade creche, é oferecida pelas entidades conveniadas. Temos excelentes unidades conveniadas, algumas das quais tem 60 anos de bons serviços prestados à educação para as crianças de São Paulo e temos outras instituições que não estão tão bem assim.

Em 2013 fomos obrigados a cancelar 42 convênios de creche todos com problemas de manutenção de qualidade. É um esforço enorme que estamos fazendo para ampliar e para melhorar. A melhoria da educação infantil está na fixação desses padrões e um grande investimento na formação de professores a partir da implantação de 18 polos da Universidade Aberta do Brasil, já em funcionamento nesse ano de 2014. Já estão devidamente credenciados pelo órgão federal desse setor que é a CAPs e que começam a operar no ano que vem, inclusive, na formação continuada e inicial de professores, com foco para os professores que vão trabalhar nas unidades de educação infantil. Com a UNESP teremos 3 mil oportunidades de curso superior, pedagogia, a partir do sistema de UAB nos vários pontos de São Paulo e que se destinam basicamente à formação inicial adequada para profissionais que atuam nas unidades conveniadas que oferecem o serviço de creche na Cidade. Esse é o resumo dos esforços em relação à melhoria da educação infantil.

No ensino fundamental foi objeto de intensa divulgação e fomos pioneiros e estamos sendo acompanhados por medida semelhante já anunciada pelo governo estadual de uma reestruturação curricular importante no ensino fundamental, que era organizado em três anos e em dois ciclos com progressão continuada, que muitos chamam de aprovação automática, isso muda. O sistema está organizado em 3 ciclos: alfabetização, interdisciplinar e

autoral, cada um com três anos de duração e nesses ciclos com objetivos e metas bastante claras estamos estabelecendo um conjunto de medidas que visem exatamente a melhoria da qualidade.

Os Vereadores têm acompanhado, mas é bom repetir que a Cidade, em matéria de ensino fundamental, das quase 550 escolas, não estamos indo bem. A Cidade está classificada em relação ao Ideb, está em 35º entre os 39 municípios da região metropolitana. É uma situação com a qual não podemos nos conformar. A Cidade tem todas as condições para ser uma cidade exemplo de como pode ser feito uma educação de qualidade em todos os níveis e para todos. Reorganização curricular, fim da aprovação automática, que tem prejudicado muito a qualidade da educação, não apenas na Cidade, mas no estado e em muitos sistemas educacionais do Brasil. A partir de agora só evolui no ensino fundamental quem aprende e para que isso aconteça estabelecemos um conjunto de medidas para que os processos de desenvolvimento educacional sejam acompanhados imediatamente e que os problemas sejam evidenciados de imediato e que possam ser acudidos imediatamente.

O fornecimento de informações sobre o desenvolvimento educacional de cada jovem com boletins que chegam às casas da família, com periodicidade regular, outro procedimento importante. Todo um sistema de monitoramento e de apoio pedagógico complementar que garanta que esses trabalhos sejam bem executados e com apoio dos órgãos centrais da Secretaria de Educação. Por isso investir fortemente na formação continuada e inicial dos educadores.

O programa Mais Educação São Paulo eu não vou detalhar, dei apenas traços gerais, envolvendo também a questão do Ensino Médio, a ampliação de educação de jovens e adultos, o fortalecimento do MOVA, que estava um pouco de lado.

Haverá uma forte atenção na área da educação especial que passará por uma reformulação e de melhorias na inclusão, através do fortalecimento da presença de profissionais de apoio, que são os AVSs e também dos estagiários nas escolas. Vejo que são

investimentos relacionados ao campo de custeio, mas todos voltados a uma forte melhoria da qualidade de educação no município.

Em relação ao Orçamento anual e plurianual, envolvendo Plano de Metas, gostaria de fazer uma primeira consideração. Pelo fato de a educação brasileira ser protegida pela Constituição do nosso país, com recursos mínimos e obrigatórios, todos sabem que 25% dos impostos próprios e compartilhados devem ser destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Isso foi um avanço importante e está presente na Constituição desde 1988 e foi complementado nos últimos anos com alguns detalhamentos. O mais importante diz respeito ao FUNDEB, que é uma evolução do FUNDEF, mas que hoje operacionaliza esse comando que determina que a cada matrícula na educação básica importe numa unidade de valor.

Portanto, o FUNDEB não é uma transferência do governo federal para São Paulo. Na realidade é uma conta conjunta em que os 645 municípios do Estado e mais o Governo Federal operam conjuntamente. Todos nós depositamos recursos no FUNDEB e retiramos dinheiro dele automaticamente, é um fundo de natureza contábil. Não há um único centavo que venha do Governo Federal para cá, ele só complementa para os estados e correspondentes municípios que estão abaixo de um mínimo nacional e que basicamente são os estados do nordeste brasileiro e alguns do Norte. São Paulo não recebe recursos do FUNDEB e do Governo Federal. São recursos que nós damos e retiramos a um saldo de Fundeb, já que São Paulo possui uma enorme rede municipal e temos um saldo positivo relacionado ao Fundeb.

As Secretarias da educação e Saúde que possuem recursos carimbados, às vezes, passa para um leitor que são secretarias que possuem muitos recursos, quando na realidade, mas é exatamente o contrário. O esforço que o constituinte brasileiro fez ao proteger a área de educação é no sentido de reservar para essa área recursos mínimos, mas que, em geral, como acontece também em São Paulo esses recursos estão bastante aquém das necessidades efetivas em matéria de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em São Paulo além dos 25% mínimo obrigatório e que no projeto que está aqui

esses 25% chegam a mais de 27%, está avançando, temos ainda mais recursos porque o município constituiu há alguns anos 31% para a área da educação *lato sensu*, que envolve uma série de outras atividades correlatas de educação, mas que não são classificadas como manutenção e desenvolvimento de ensino.

No ano que vem todas as despesas com encargos de aposentadoria não estão mais dentro dos 25%, estão dentro dos 4% sobressalientes que formam os 31%. As atividades de manutenção das bibliotecas fazem parte desses 4%. As atividades grandes que na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social são realizadas para apoio em convênios para cuidar complementarmente de crianças e jovens também estão nessa área. Há uma série de outras contas que não são especificamente da educação, mas que estão consideradas dentro dos 31%. Diante daquilo que temos de fazer, sempre dependeremos de recursos a maior, não temos nenhuma folga.

As próprias pressões já existentes, a exemplo do que aconteceu em 2013, o Orçamento que a Secretaria de Educação recebeu não foi suficiente para honrar os números e as despesas que já haviam sido realizadas no ano de 2012. Tanto é que tivemos complementações substantivas para praticamente todas as atividades de custeio e o que veremos em 2104 e subsequentes terá comportamento semelhante. Temos a expectativa de complementação.

Por exemplo, no que diz respeito a manutenção dos mais de 1550 prédios escolares que a Secretaria de Educação tem a responsabilidade de manter e são equipamentos de intensa utilização, precisamos de recursos. Uma parte desses recursos pretendemos obter com emendas parlamentares que deverão advir de emendas do Governo Federal. Estamos fazendo um trabalho muito intenso para carrear recursos de outras esferas da federação que nada mais é como retribuição daquilo que a Cidade já faz de esforço contributivo com essa esfera da União.

Em 2014 temos um Orçamento de 9.072.625. 515 reais. Esse é o Orçamento global

da Secretaria de Educação, envolvendo 4.496. 819. 701 reais do Tesouro Municipal, as transferências federais 1.073.000.000, cota municipal do salário educação, as receitas provenientes do Programa Nacional da Alimentação Escolar, é uma receita importante porque paga boa parte das despesas com alimentação e também recursos que obteremos do Ministério da Educação, principalmente relacionados à ampliação da nossa rede de escolas de educação infantil, principalmente creches, construção dos 172 CEIs. No caso das receitas globais do Fundeb para São Paulo são 3.443.000.000. Desse volume global de recursos, 60% é com pessoal e encargos, 33% com atividades, parte grande é gasta com convênios, principalmente, com 1300 convênios com creches, esse é um trabalho muito importante e custoso, além da parte de alimentação escolar, vigilância, limpeza, despesas com uniforme, toda essa parte de custeio e manutenção da rede. A parte especificamente de projetos representa 8%, esses sim são os investimentos.

Encerro minha fala aqui e estou à disposição para responder a questões.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradeço a participação do Secretário de Educação. Gostaria de fazer uma pergunta, mas gostaria que fosse a última a ser respondida. Ontem tivemos na Câmara Municipal um Congresso sobre vegetarianismo e lotou o plenário da Câmara. A iniciativa começou no ano retrasado em relação à merenda escolar dando a opção à criança a não comer carne. Com tem a segunda-feira sem carne, que já é uma proposta que já existem em São Paulo há muito tempo, colocamos recurso para o Secretário anterior e esse recurso, o retorno hoje é que um milhão de crianças são atendidas com a merenda escolar sem carne. Gostaria que V.Exa falasse sobre o tema o que se pretende ampliar e qual a demanda do Orçamento. Esse foi um processo difícil, foi um debate intenso e foi concluído que a experiência é válida, funcionou, está sendo ampliada.

Tem a palavra ao Sr. Carlos Augusto de Souza Silva, Presidente do Sindicato dos GCMS.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA SILVA – No ano de 2004, último ano da

gestão da Marta Suplicy, verificamos que 74% das escolas municipais eram policiadas e tivemos seis roubos e 29 furtos, dados fornecidos pela própria Secretaria. Em 2006, verificamos que 24% somente das escolas tinham Guarda Civil Metropolitana e tivemos 32 roubos e 292 furtos, chegando ao absurdo de um uma escola uma professora ser subtraída da sala e meliantes ficaram esperando ela ir lá fazer o saque.

Gostaria de saber se há algum estudo para reverter o quadro de contratar vigilantes particulares, que custa cinco vezes o custo equivalente de um guarda, para que fique lá para quando houver necessidade ligar para a Guarda Civil Metropolitana, é o que temos visto. Os seguranças estão desarmados, são despreparados. Houve um caso em que um vigilante era procurado em outro estado. Seria de bom tom fazer um estudo no sentido de resgatar o policiamento nas escolas. às vezes a escola da periferia não tem o professor que não se sente seguro fisicamente ou mesmo com seu veículo que, às vezes, é furtado.

O SR. LUIS OTÁVIO ALENCAR MIRANDA – Sou Coordenador do Centro de Formação dos Artesãos de Parelheiros. O tema da minha fala será sobre educação profissional, os recursos destinados para o ensino profissionalizante sumiram da proposta orçamentária e se um dia estiveram, nunca chegaram em Parelheiros e Marsilac.

Primeiramente falarei do problema e depois vou tentar justificar a sua urgência, a rubrica aparece no volume 3, uma única vez, na página 79, com o código 12363, que são quase 7 milhões para manter as atividades da Fundação Paulistana de Ciência e Tecnologia. Desses quase 7 milhões apenas 417 mil são para investimentos e não explica para onde.

E quais as atividades da Fundação Paulistana de Ciência e Tecnologia que serão mantidas com esses 7 milhões? Para falar dessa urgência, tentando justificar essa urgência do ensino profissionalizante para Parelheiros e Marsilac, digo que Parelheiros precisa de investimentos voltados para uma demanda muito específica de educação profissional. Parelheiros e Marsilac estão quase inteiros dentro de APA – Área de Preservação Ambiental. E o ensino profissionalizante deve formar, por exemplo, nas áreas do turismo, moveleiro ligado à

restauração de móveis, artesanato e também a questão da reutilização de resíduos de madeira e outros resíduos.

Na audiência do dia 06/11, se não me engano, o Secretário do Trabalho, Eliseu Gabriel, foi questionado quanto a essa questão do ensino profissionalizante e ele disse que a bola dessa vez em relação a isso está com Pronatec, mas não explicou como isso vai funcionar aqui em São Paulo e simplesmente disse isso e foi embora.

Caso vossa resposta, Secretário, caminhe nesta via nos explique como isso vai funcionar, uma vez que o Senai e o Senac mais próximos de Parelheiros e Marsilac estão no Centro de Santo Amaro. O sistema está longe da periferia.

Mais duas questões para tentar justificar é a questão da mobilidade urbana. O ensino profissionalizante forma o trabalhador que vai criar o seu empreendimento e que também vai trabalhar nas empresas. E com relação à questão da mobilidade urbana, hoje o cidadão de Parelheiros e Marsilac - vemos isso nos ônibus, metrô e trem – atravessa a Cidade para vir trabalhar no Centro. Então esse é um problema grave na nossa região.

E a questão também da descentralização do poder. É possível fazer convênios como o senhor mesmo disse, as organizações da sociedade civil há 60 anos prestam serviços. É possível também que as organizações da sociedade civil assumam isso, conveniadas com a Secretaria de Educação e, sobretudo, com as subprefeituras. As subprefeituras podem assumir esse papel já que estão próximas da população também.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Vamos ouvir o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento de Resistência Pró Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos e todas. Bom dia Secretário Cesar Callegari, Professor e ex-Deputado Estadual; Srs. Vereadores Roberto Tripoli, Ricardo Nunes, Aurélio Nomura, Paulo Fiorilo; Assessoria da Secretaria de Educação, conselheiros, público presente, população paulistana, é desafiador analisar um orçamento maior entre todas as

secretarias, 9 bilhões de reais da Secretaria de Educação.

Mais ainda quando, por incrível que pareça, observa-se uma continuidade da gestão anterior, talvez nas suas mais terríveis mazelas. E esperamos que isso seja mudado, pois o Governo que se elegeu em outubro de 2012 é de oposição. E parece que ainda não chegamos lá.

Um exemplo disso, Professor Cesar, é a questão das coordenadorias. Há uma lei na cidade de São Paulo, 13.399/2002, que cria as subprefeituras em São Paulo. E em cada um das subprefeituras existe uma Coordenadoria de Educação. Em 2005 o ex-Prefeito José Serra num ato ilegal e que a Câmara Municipal deixou impune, fez um decreto, que é muito abaixo da lei, decreto não tem força de lei, exceto na Ditadura, os famigerados decretos lei, ainda bem que isso saiu do polo da legislação brasileira, transformando as 31 coordenadorias de educação em 13, atualmente diretorias regionais de educação.

Isso é uma injustiça muito grande porque, por exemplo, Santo Amaro até 2004, Cidade Ademar tinha uma coordenadoria de educação, Jabaquara outra e Santo Amaro outra. Agora é uma só. Quer dizer, a população do Jabaquara tem de ir até Santo Amaro discutir a questão educacional.

Portanto, além de uma infração legal, isso prejudica a população de São Paulo como um todo. Então gostaríamos de saber objetivamente, quando esse decreto será suspenso e as 32 coordenadorias, agora com Sapopemba, voltarão para as subprefeituras. Esse é um ponto fundamental e acho que não poderia chegar um plano plurianual nesta Casa com essa divisão antiga, ilegal, injusta e antidemocrática para a cidade de São Paulo.

Além disso, gostaria também que o Sr. Secretário dissesse, de 1º de janeiro até 11 de novembro de 2013, quantas creches, EMELs e EMEFs foram inauguradas. É necessário saber o número unitário de cada equipamento desses, visto que na Administração passada, de nada saudosa memória, do ex-Secretário Alexandre Schneider, praticamente não havia informação. A Secretaria se negava a dar até essas básicas informações. Realmente

esperamos que isso não aconteça mais em 2013, até porque vivemos pelo que se diz uma era de transparência.

Existe uma verba para OS, SPDM, que é uma OS que já recebe da Secretaria de Saúde 500 milhões de reais. Por incrível que pareça, recebe também da Secretaria de Educação. Gostaríamos de saber qual é essa verba para a SPDM na questão da Secretaria de Educação, se já recebe da Saúde e até no Ministério Público há questões e senões em relação a isso.

Questão dos novos CEUs, por incrível que pareça e mais um erro de Sempla inaceitável, foi prometido na audiência pública da Vila Maria, em agosto deste ano, dois novos CEUs. Por incrível que pareça esses dois novos CEUs desapareceram do planejamento apresentado aqui por Sempla e no próprio orçamento, no que tange à área da Educação. Então gostaria de saber por que os CEUs da Vila Maria, Tomaz Manzoni e Vila Medeiros/Fernão Dias, não estão explicitamente na lista do plano plurianual e etc. Isso gera uma grande insegurança para a população, pois se foi apresentado na audiência por que não está no PPA? Então se conhece os outros 10 CEUs por que não falar onde serão realizados?

Falando em CEUs, foi cobrado por cinco anos, os CEUs inaugurados a partir de 2006 até hoje, vários deles – diria 60% - não tem nome em suas bibliotecas e teatros, sendo que os CEUs inaugurados até 2004, os 21 primeiros têm. Por que essa injustiça da gestão passada, famigerada, de não dar nem nome aos CEUs e às bibliotecas e teatros. São equipamentos importantes de referência para regiões carentes desta Cidade.

A gente cobra da Secretaria de Cultura, eles passam a bola para o senhor e a gente espera que seja cumprido isso, até porque a Secretaria de Cultura, em 2005, andou tirando nomes de homenagens há décadas consolidadas.

Por fim, gostaríamos de perguntar sobre o Programa Federal Projovem. Em que secretaria está, porque cada secretaria empurra para outra e esse programa tem lei federal, porque não adianta ficar mudando de nome e o programa não se objetiva na cidade de São

Paulo.

Queremos saber também da execução orçamentária de construção de EMEI, especificamente de 2013, que na nossa visão está bastante baixa. E também EMEFs, porque não vemos detalhamento das EMEFs nesses planos de investimento. A CEI e EMEI está mais ou menos, EMEF nem isso. Quantas EMEFs serão construídas, afora as 20 dos CEUs, que já vem EMEF, obviamente, quantas serão construídas, porque EMEF é uma coisa importante também, é necessário o ensino de primeiro à nona série e acho que a cidade de São Paulo não pode prescindir de também construir nesse plano de investimentos as EMEFs.

Por fim, outra situação chocante, parece que esse segmento virou bola da vez na gestão Haddad, de ser totalmente desrespeitado, o segmento indígena. Desapareceu do orçamento 2014 a dotação para os centros indígenas, lembrando que existem três CECIs na cidade de São Paulo, aliás, aprovadas pelo Orçamento Participativo e entregues em 2003 e 2004. Dois em Parelheiros, o pessoal de Parelheiros sabe muito bem, tem Diadiporã, Crucutu e um no Jaraguá, na Aldeia Jaraguá, que nem foram convidados para o Plano Diretor. Então o segmento indígena está passando por um problema sério na cidade de São Paulo. E por que será que a dotação para esses equipamentos desapareceu do orçamento? Acho que sempre tem que parar de economizar dotação e parar de não dar transparência às ações públicas, o que viola a legislação vigente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro, que representa aqui a ONG Nosso Sonho, de Itaquera. Muito bem vinda.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Bom dia a todos. Como sabem, mais uma vez estou aqui. Sou da ONG Nosso Sonho, faço parte do Grande Conselho Municipal do Idoso e da Saúde.

Se não fosse tão triste, seria cômico. Mais uma vez me refiro ao conjunto habitacional Águia de Haia tem 25 anos, nós não temos EMEI, não temos EMEF, nós não

temos área de lazer, a cultura não temos, não temos nada. Foi estarrecedor quando fecharam 32 CEIs. Agora pensem bem, quando eu olhar aqui, é três na Cidade Líder, EMEI no Parque do Carmo, só que eu sei que a Casa de Cultura de Itaquera está fechada e vão fechar outra na Vila Verde, que é estarrecedor. Eu tenho quase 40 anos ali naquele pedaço, eu conheço como a palma da minha mão, até hoje nada foi construído, nada. Agora, houve sim o CEI Nosso Sonho, que foi pelo orçamento, o AMA, as UBSs, o CEU Azul da Cor do Mar, que até hoje em torno tem uma população periférica, ocupação, morro, favela, que está se multiplicando, tem evasão de criança, não comporta. Agora, eu trabalhei na FEBEM, o que eu sinto é que o Governo investe mais na FEBEM do que na educação, que é prevenção. Eu acompanho, trabalhei lá nove anos, sou aposentada lá e essas criaturas que acompanho, muitas são as crianças que passaram na minha mão, que muitos são avós. Então eu pergunto: o que está acontecendo com o Governo que não está enxergando a periferia, o que está acontecendo que estão investindo estrondosamente no Coringão? Ou só periferia é transparente? Ou os idosos não existem? Que mundo é esse que nós estamos? Então é bom olhar porque não existe vaga e as crianças e jovens, evasão. Como no dia que defendi a Polícia Metropolitana que eles ficavam na escola. E outra, não só rouba da escola, viu gente, estão roubando agora os carros dos médicos e estão tendo dificuldade, porque quem não tem o que fazer, cabeça vazia é oficina do diabo, porque ele não tem nada. Certo? Então o dono do mundo, os donos do poder colarinho branco, a maioria, eles induzem essas criaturas que não tem expectativa de vida. O direito é para todos. É porque não são filhos de vocês, porque quando a gente tem um vizinho na boa, Não temos medo. Porque ele não vai prejudicar a gente. Olhem com carinho. Hoje estou vendo milhões e trilhões. Só estou vendo. Mas é bom sai do papel. Um dia talvez o que está acontecendo agora, sem lei, sem alternativa, sem objetivo e sem respeito com as pessoas menos favorecidas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Muito obrigado Maria do Socorro. Com a palavra a Sra. Waldomira de Paula, da comunidade dos moradores da Vila Verde.

A SRA. WALDOMIRA DE PAULA – Bom dia a mesa e todos. Ouvi falar de educação, fiquei preocupada, sabe porque? Na Vila Verde, primeiro porque queriam fechar o Cássio porque disse que não tinha demanda de crianças. Agora fiquei sabendo que vai fechar o Erminia, não tem demanda de criança. Começando por ai. Vocês sabiam que só na zona Leste tem 32 escolas fechadas? Será que não tem criança para ir nessa escola? Deve ter criança. Outra coisa, falou que a biblioteca Chico Buarque de Holanda, em Itaquera, era da Prefeitura, fecharam para reforma que a Prefeitura ia voltar, mas ficou no Shopping Itaquera que ficou fechado. Agora, lá reformaram e está fechado. Só falam em educação, porque a periferia, ninguém vai dar uma olhadinha. Tem muita criança para ir para a escola. Lutamos, há dois anos atrás, para uma escola que fechou. Conseguimos fazer uma creche e um EMEI, acho que Vila Verde está ficando abandonada. Vila Verde é Itaquera. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradecemos a participação da representante dos moradores da Vila Verde.

Passo a palavra ao Sr. Secretário.

O SR. ROBERTO PORTO – Serei bem sintético. Em relação às manifestações do Sr. Carlos Augusto, digo o seguinte: evidentemente que hoje as unidades educacionais precisam de segurança. Estamos trabalhando em conjunto com o Secretário Porto, no sentido de substituir gradativamente, as despesas com segurança privada por GCMs. Como tem sido acompanhado, inclusive estamos acompanhando a possibilidade de alguns GCMs que estão hoje readaptados que desejam e que podem estar atuando também dentro de unidades educacionais. Sou da opinião, aliás, experiência que já participei várias vezes é que particularmente em escola, fora aquilo que é proporcionado em termos de segurança, ou deve ser proporcionado pela polícia militar do Estado de São Paulo, no que diz respeito a segurança interna, patrimonial ou comunitária, nem é necessária que o profissional da segurança esteja necessariamente armado. A grande arma do segurança escolar, seja ele o GCM ou de qualquer outro profissional, é o conhecimento e o respeito que ele tem da própria comunidade

onde ele está inserido. Tudo que pudermos fazer no sentido de, gradativamente, reduzindo as despesas com segurança privada, contratada para substituir para o GCM é o que nós desejamos. A política, nos todos sabemos, no que diz respeito as restrições governamentais, primeiro a demanda por segurança e é claro, essa demanda é muito presente hoje nas atividades escolares, segurança dos professores, dos alunos, patrimonial, segurança da comunidade que frequenta a escola. Parte disso é trabalho dos órgãos estaduais. Parte disso é o nosso trabalho concretamente. Pretendemos reforçar isso por meio de uma serie de campanhas que envolvam a maior participação da própria comunidade escolar no ambiente da escola.

Outra questão apresentada pelo Luiz Otávio, faz algumas questões sobre a questão profissional. O Pronatec é o principal programa de formação profissional, de uma maneira geral ou de iniciação profissional em que a Cidade de São Paulo, vai participar. E participa mesmo com pelo menos três secretarias. A Secretaria da Educação passou também a ser ela uma demandante de recursos do Pronatec. E pretendemos, por meio da oferta de oportunidades educacionais de formação profissional para os estudantes de EJA – Educação de Jovens e Adultos. Temos em estágio bastante avançado uma relação com o SENAI e com o SENAC que podem operar, inclusive, em unidades dos CEUs que já tem feito, particularmente, o SENAI, tem estado atuando em alguns CEUs da Capital e nós, onde, como é caso das regiões Sul da Cidade de São Paulo, onde não há equipamentos próprios como é o caso do SENAI e do SENAC, a possibilidade de oferta de cursos Pronatec é também em unidades nossas. Estamos prevendo, no inicio do ano, que em termos de SENAI/SENAC que são dois grandes parceiros, tenhamos pelo menos, três mil vagas, de três a cinco mil vagas no sistema Pronatec oferecido para os nossos estudantes de educação de jovens e adultos. O CMCT , único órgão da Secretaria de Educação voltado a qualificação e formação profissional, no orçamento de 2014, estamos destinando 1milhão 212 mil. Também, gostaria de dizer que a fundação Fundatec, não é ligada a Secretaria Municipal de Educação. As atividades de formação

profissional não estão inscritas como área de competência específica do Município. Isso pela própria Constituição Brasileira, art. 255. Uma área educacional que nesse caso é administrada diretamente pela SEMPLA – Secretaria de Planejamento. Em relação a fundação, Fundatec. Acredito que naquilo que você coloca a respeito de descentralização, volto a dizer que a nossa rede de CEUs que será ampliada com 29 novas unidades, elas são possibilidades bastante interessantes também de organização própria em unidades nossas, daquelas atividades de formação profissional que pretendemos desenvolver com parcerias com instituições como SENAI/SENAC, são duas delas, mas também com o Instituto Federal de São Paulo, onde há um programa grande bem articulado e também com os órgãos estaduais que atuam conosco e que pretendemos ampliar, Instituto Paula Souza, que pretendemos, mais uma vez utilizando unidades do CEUs, ampliar as oportunidades de formação profissional.

O Sr. Fábio Siqueira, trás uma série de indagações, faço rapidamente a seguinte consideração: ele tem absoluta razão no sentido que precisamos descentralizar os órgãos de controle descentralizado da Secretaria de Educação. As 13 diretorias regionais são sabidamente concentradoras, acabam prejudicando, é uma sobrecarga muito grande de trabalho, vejo por exemplo que somente a diretoria regional de educação de Campo Limpo, considerada uma das maiores, tem cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes na sua base. Tem toda razão. Estamos nesse instante, por meio de um trabalho que está sendo realizado junto a fundação Getúlio Vargas, fazendo um diagnóstico e uma proposta de reorganização administrativa da Secretaria de Educação. Não é apenas a descentralização, ela é, o corretamente, necessária. Não sei, possivelmente, até em relação as 32 subprefeituras, poderá chegar nesse ponto, mas queremos fazer com que essa descentralização, seja ao mesmo tempo, melhoria., melhoria na qualidade dos serviços, do sistema de supervisão, sem que isso signifique aumento de despesas. Tem ser algo que justifique, não apenas para recriação de novas unidades mais descentralizadas, mais divididas, mas melhorias dos serviços. O que se pretende fazer, é descentralizar com base nesses estudos, mas com melhoria da qualidade

dos serviços ali oferecido.

Em relação ao ano de 2013, inauguramos 17 centros de educação infantil, pela retomada ou a continuidade de obras que já haviam sido iniciadas no Governo anterior, obviamente. Não é possível, em um ano, você construir uma unidade nova começando desde o processo licitação até contratação e conclusão. Retomamos algumas unidades que estavam paradas ou semi paralisadas, ou demos continuidade a algumas delas. Recebemos uma quantidade muito grande de obras contratadas de CEI e de EMEI para as quais, nem sequer terreno havia e há ainda identificada. Vocês sabem que o Prefeito Haddad organizou, no seu segundo dia de mandato, uma força tarefa constituída por várias secretarias, inclusive da educação para localização e identificação de terrenos para a construção de novos equipamentos ou para a localização implementação de equipamentos que já haviam sido contratados. Licitação feita. E na medida em que esses terrenos estejam sendo desapropriados, esse plano de obras têm sequência. Esse foram, EMEIs 9, 12 CEIs e EMEF 02. Esses são os números precisos daquilo que foi inaugurado nesse ano, e somando aos esforços que fizemos de ampliação qualificada dos convênios, temos um resultado líquido, até de setembro, de cerca de 8 mil novas vagas, criadas sobretudo, naquilo que estava me referindo na área da Educação Infantil. Em relação aos novos CEUs, a explicação é a seguinte: essa comissão organizada pela Prefeitura está trabalhando no sentido de melhor identificar as áreas em que serão construídas os outros 10 CEUs, porque 10 já estão claramente identificados, mas os projetos da sua implementação, é um conceito novo de CEU, por isso chamamos de território CEU, não é apenas a construção, mas a articulação de equipamentos que podem ser mobilizados para dar mais sentido educacional ao território educativo. Esses 10 territórios CEUs estão com seus projetos em andamento pela SMDU, que está encarregada. Esses projetos de arquitetura, projetos construtivos devem ficar prontos agora, no final, começo do ano. Tem início a licitação, enquanto isso, esse trabalho de identificação das novas áreas de acordo com o planejamento da sua implantação na cidade.

Como já foi informado em outras oportunidades, muitos dos 45 atuais CEUs estão em áreas mais distantes ou mais periféricas da Capital e há uma área intermediária, que passa a ser exatamente um círculo onde se pretende plotar essas novas unidades.

Sobre a questão dos nomes, eu acho que é uma atividade conjunta com os nomes dos CEUs, inclusive de partes dos CEUs, como bibliotecas e teatros. É um trabalho conjunto com a própria comunidade. A Secretaria tem como diretriz respeitar. É claro que, em se tratando de um equipamento educacional, todas as propostas de nomes do próprio CEU, do teatro ou de biblioteca devem ser de personalidades clara e objetivamente identificadas com a questão educacional. Como você mesmo disse, devem ser pessoas que representem os anseios maiores da nossa sociedade paulistana por um melhor desenvolvimento.

A Câmara Municipal tem feito algumas propostas. Os Vereadores sempre fazem suas propostas subsidiadas com movimentos articulados com a própria comunidade. Temos toda a intenção de fazer com que as homenagens com os nomes tenham também referência, não só a grandes nomes da educação e da cultura no Brasil, mas também a grandes nomes associados às raízes daquela própria comunidade, já que o grande esforço que fazemos hoje é para que os CEUs voltem a ser de fato um organismo pulsante, com forte participação da própria comunidade.

Quanto à sua alusão ao Projovem, um programa do Governo Federal, se retoma em São Paulo, depois de não ter dado muito certo, não apenas na Cidade, como em outras grandes cidades do Brasil, mas, sobretudo em relação aos programas que estão vinculados hoje à Secretaria de Direitos Humanos, que são para jovens em situação de alta vulnerabilidade. Vamos retomar isso com o Projovem Urbano, que está com outra configuração. Já há uma demanda que encaminhamos para o MEC. É um trabalho compartilhado, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria da Educação, no caso especificamente do Projovem.

No caso da previsão de construção de novas EMEFs no Plano, que foi uma das

suas perguntas, são 18 novas EMEFs e como eu havia dito genericamente, estão voltadas não apenas ao fim, de uma vez por todas, do chamado turno intermediário, chamado turno da fome, como também de ampliar as possibilidades, como a atual rede de escola de ensino fundamental para que elas possam desenvolver atividades do Programa Mais Educação. O Mais Educação é a ampliação da jornada do aluno na escola, o turno complementar, quer dizer, é o que estamos pretendendo fazer. Já no ano de 2014 cerca de 240 escolas já iniciarão o ano letivo com as atividades do Mais Educação, um programa de parceria também com o Governo Federal.

Em relação à educação escolar indígena, no Orçamento de 2014, há uma reserva de recursos – está no Orçamento – de 1.158.150. Não se trata apenas de verba, mas também como você corretamente chamou a atenção, embora não sejam muitos os Centros de Educação Indígena, temos de fazer um trabalho de melhoria da qualidade desse atendimento.

Terminando com as duas manifestações da Sra. Maria do Socorro Alves, da ONG Nosso Sonho, em relação à demanda educacional nas cercanias do Conjunto Águia de Haia, não estou aqui com informações detalhadas. Mas, queria, de uma maneira geral, dizer o seguinte: a localização de equipamentos educacionais: creches, CEIs e também as EMElS têm como prioridade atender as áreas de maior demanda no Município que estão lá. Então, em muitos lugares da cidade de São Paulo temos problemas de terreno. Todos sabem que na zona Norte de São Paulo e mesmo na zona Sul os terrenos, que ficam lindeiros a essas áreas de proteção social ou que estão abrangidos na área de proteção ambiental, melhor dizendo, nós temos problemas muito sérios de localização de terrenos. Mas, depois posso lhe dar todos os detalhes de toda a configuração do plano de obras da Secretaria da Educação. Está exatamente fixando essa ampliação nas áreas de maior demanda da cidade de São Paulo.

A mesma coisa gostaria de dizer para a D. Valdomira, da Associação de Moradores de Vila Verde. Não podemos fechar, quer dizer, estamos exatamente na perspectiva de abrir novas unidades, sobretudo na educação infantil. Algumas unidades foram fechadas nos últimos

anos. Tivemos lamentavelmente que fechar por necessidade 42 unidades, creches conveniadas que funcionavam precariamente, colocando em risco a integridade educacional de crianças. Eu disse - e tenho dito várias vezes na própria Câmara Municipal – que não seremos coniventes com a precarização do serviço educacional. Precisamos e queremos ter convênios com entidades não governamentais. Isso é necessário na Capital, assim como também desenvolveremos a ampliação da nossa rede. Mas, não vamos tolerar situação que precarize o atendimento. É claro que dentro das próprias unidades administradas pela Secretaria, como também as unidades conveniadas parceiras nossas. Então, esse trabalho tem que ser de compromisso com a qualidade, porque são crianças de zero a três anos que exigem profissionais, cuidados, alimentação, enfim, tudo de primeira qualidade.

Pela orientação do Presidente Roberto Tripoli, fui o mais conciso possível e permaneço à disposição de todos na própria Secretaria para completar as informações que procurei apresentar.

Tem uma questão do próprio Vereador que deixei de tocar. O próprio Vereador Tripoli me fez as questões a respeito da merenda escolar. A nossa área, o departamento de alimentação escolar, esteve na audiência pública que o Vereador Tripoli organizou na Câmara, prestando várias informações sobre o assunto. Estamos fazendo um esforço muito grande, Vereador, a respeito de melhorias. Como o Vereador sabe, todos os dias, a Secretaria da Educação, através do departamento de alimentação escolar, fornece 1.800.000 refeições por dia. Quer dizer, tudo o que pudermos avançar em termos de melhorar a qualidade dessa alimentação tem um impacto extraordinário, inclusive na educação alimentar e na saúde integral desses seres, que estão parcialmente sob nossa responsabilidade, que são as crianças, os jovens e também os adultos.

Como já pôde ser apresentado pela nossa dirigente, a Érika Fisher e outras pessoas que estiveram aqui, estamos fazendo um trabalho muito grande em relação a essas mudanças, inclusive na ideia de que tenhamos as segundas-feiras sem carne nas nossas

escolas. Estamos procurando substituir gradativamente a carne. Por exemplo, a salsicha não existe mais na rede, derivada de carne ou de carne suína. Agora é só de carne de aves, com teor muito melhor, quer dizer, estamos procurando avançar. Estamos, pela primeira vez em grande escala, fazendo aquisições diretas da agricultura familiar. Esse é um esforço muito grande, onde temos de compatibilizar preços, porque isso é muito importante e também em termos de qualidade.

No mês passado, outubro de 2013, começamos com o fornecimento de arroz produzido com agricultura orgânica, totalmente livre de agrotóxicos. Esse arroz é produzido por cooperativas e produtores rurais vindos do Rio Grande do Sul. É algo importante, então, sem entrar em muitos detalhes, mas essa que tem sido a sua bandeira aqui sobre uma nova concepção alimentar e aquilo que pode ser realizado na forma de uma melhoria da alimentação escolar, não apenas com as crianças, mas também com suas famílias. Portanto, há um grande trabalho de transformação de hábitos e de cultura. O Vereador Tripoli pode contar conosco e também esperamos contar com sua experiência para bem orientar esse trabalho transformador, quero até dizer revolucionário, que começa a acontecer dentro do ambiente da Secretaria da Educação.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradeço a V.Exa. pelo entusiasmo em relação a esse ponto que demandei, da alimentação não só das crianças, mas também em relação à família. Acho super positivo a forma como V.Exa. é sensível a essa questão, só temos a avançar.

Anuncio a presença do Líder do Partido Verde, o Vereador Dalton Silvano.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Sr. Presidente. Serei sucinto.

Secretário Cesar Callegari, primeiramente quero dizer da minha alegria em relação à sua condução na Secretaria da Educação. Não são todos os secretários que merecem

elogios da nossa parte, mas o senhor realmente tem nos deixado bastante satisfeitos.

Existem algumas dúvidas, Secretário, por exemplo, a questão da alfabetização de jovens e adultos prevista para 2014, 12.617.000. Aumentou bastante, 67% com relação ao ano de 2013. De acordo com minha experiência pessoal, de um vereador que anda muito na rua, se for o modelo de 1.040 reais por sala esse negócio não vai andar. É impossível fazer esse programa nos moldes de hoje, pagando para a entidade 1.040, pois é preciso pagar água, luz, o professor. Queria até comunicar-lhe que falo como uma pessoa que conhece, que está lá e vive esse problema. Conheço vários projetos nesse sentido que não andam. Obrigam as entidades a fingirem que dão aulas sem as dar, gerando um problema muito sério. Se a ideia é realmente se empenhar com relação à alfabetização de jovens e adultos, nesse modelo atual da Secretaria, eu lhe garanto que o senhor não conseguirá gastar bem esses 12 milhões de reais.

Outra questão, se o senhor pudesse falar sucintamente, é que no Código 2.861, a Educação Especial - Aprender Sem Limite, 41 milhões que havia gasto, 18 milhões é considerável que o valor que aumentou, se o senhor puder auxiliar e nos explicar só para entendermos e colaborarmos com alguma ideia.

Outra pergunta é: esse Código 2.839 – Transferência de recursos financeiros para as necessidades educacionais, os 66 milhões referem-se aos conveniados? É uma dúvida. Vou falar rapidamente para depois sua assessoria lhe passar. Como o Vereador Aurélio Nomura também tem algumas questões, poderemos agilizar as dúvidas.

No Código 3.360 – Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados – CEUs, 231.500.000. Minha pergunta sobre esse item é se está incluso o CEU Parque Santo Antônio, local super importante para esse Governo atender.

Com relação ao Código 3.359 – Construção dos Centros de Educação Infantil – CEI, 378.210.000. Sobre esse valor, o senhor havia comentado que fará 172 CEIs, creches. Se cada um desses CEIs tiver 300 vagas, chegaremos a 51.600 vagas, absolutamente distante da

necessidade de 157 mil vagas de creches. Ainda sobre esse assunto, se o investimento for de 378.210.000 – e se for o número que o senhor falou de 172 CEIs – teremos um custo de 2,2 milhões para cada CEI. Parece bastante baixo, só quero checar se é realmente essa a informação.

O senhor falou que serão feitas 18 novas EMEFs. Não existe na planilha nenhuma dotação com relação às 18 novas EMEFs. Tem de CEU e de CEI, mas se o senhor ou a assessoria puder falar depois onde acho a dotação para a construção das 18 novas EMEFs que estão propostas agradeceria.

Quando o senhor diz e me preocupa bastante, apesar de toda a admiração que sinto, parece que é uma vitória quando fala que cancelou 42 convênios de creches. Ontem estava numa reunião com a Érika Fischer, da Comissão de Estudos da Merenda, os próprios técnicos falam das creches conveniadas como se fosse algo ruim, um inimigo. Tenho tido muitos problemas com várias DREs da sua Secretaria, principalmente do Jaçanã. Tem uma visão equivocada dos convênios. Estou fazendo apenas um comentário pessoal. Talvez seria mais interessante falar quantos convênios de creches conveniadas abrimos e não quantas foram fechadas.

Aproveitando a oportunidade, foram inauguradas, em 2013, nove EMEIs, 12 CEIs e duas EMEFs. Se fecharam 42 convênios de creche, parece um pouco incoerente terem inaugurado 12. Na região da Capela do Socorro – já falei isso para o senhor - desde janeiro, fevereiro, temos vários convênios prontos para serem assinados. Acho que é a quarta vez que suplico isso ao senhor, há vários convênios prontos e não andam, não assinam, não conveniam. Se fecharam 42, precisaríamos ter no mínimo outros 42 para substituí-los. Lógico que esses 42 na Cidade, mas seria importante ter pelo menos um equilíbrio.

Para concluir, gostaria de fazer um comentário sobre a 35ª colocação do Ideb. Acompanhamos o senhor e o Prefeito Fernando Haddad numa visita à Escola Florestan Fernandes cujo diretor é o Sr. Leo Marivaldo. Não tenho nenhuma relação política, não sei a

qual partido pertence, mas acho uma judiação que a melhor escola da cidade de São Paulo, que tem o mesmo tratamento, a mesma merenda, o mesmo salário, a mesma pintura, o mesmo rodo e a mesma vassoura do que todas as outras, que tem um destaque excepcional, que foge a todas as médias das escolas municipais, não tenha um aproveitamento. O senhor está perdendo um tesouro, uma escola que tem o melhor Ideb da cidade de São Paulo. Volto a afirmar que não tenho nenhuma relação política com o Sr. Marivaldo, não sei se é palmeirense ou corintiano, mas o fato, Secretário, é que tem o melhor desenvolvimento educacional de todas as suas escolas municipais. Parece um desperdício.

Era só isso. Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Okay. Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente. Cumprimento o Secretário Cesar Callegari e digo da nossa estima. Estamos contentes com sua presença, contrariamente ao fato de que alguns secretários não comparecem a esta Casa para discutir um tema tão importante, o Orçamento de 2014 e o Plano Plurianual para os próximos quatro anos.

Gostaria de começar a indagar de V.Exa. essa questão do déficit de 160 mil crianças que não encontram vaga nas creches. Eu falo isso porque vejo, por exemplo, a Vila Nova Cariquinha, que tem uma senhora que já nos procura há dois anos, com pedido de liminar ingressado pela Procuradoria e até hoje ela não consegue uma vaga na creche. Ela estava em 20º lugar dentro das solicitações das vagas e hoje ela baixa para 18. Então a gente vê que não mudou quase nada. Dois anos se passaram. O que a gente verifica é o pessoal daquela região tem buscado de uma maneira ou de outra – aí volto a falar que a gente precisava ter um esforço concentrado -, buscar vizinhos e colocar os vizinhos, uma senhora que fica a crecheira da região. Uma maneira absurda porque, ao mesmo tempo, a criança deveria estar na escola e não consegue chegar por falta, exatamente, de atendimento. A gente

verifica que tanto a questão da construção de novas vagas pela Prefeitura, como, também, de creches conveniadas, não creche na região, como também a preocupação que diz o nosso Vereador que me antecedeu, o Vereador Ricardo Nunes. Essa é a questão principal.

Também uma dúvida que tenho aqui. Não sei se estou analisando as informações que foram dadas pela Secretaria, mas a gente vê alguns investimentos extremamente altos, um crescimento nos investimentos como, por exemplo, a remuneração dos profissionais do Magistério, aí eu gostaria que me corrigisse, que nesse ano estava orçado, em 2013, em 846 milhões e a proposta de 2014 é de três bilhões e 800. Eu não sei se essa seria a adequação. A outra questão diz respeito à questão do apoio à saúde na escola, que sai de 10 milhões para um bilhão e 600. Outra questão diz respeito a convênio com creches, CEIs e manutenção, que sai de um orçamento de 880 milhões para um bilhão e 16 milhões. Enfim, a gente vê aumento em todas as áreas, mas uma coisa que me chamou bastante atenção foi na questão da capacitação e formação dos profissionais, que fala em apenas 15 milhões. Nos chama a atenção porque vemos há 30 anos que a Prefeitura investe muito pouco na capacitação e formação dos professores. A gente vê que o investimento é muito baixo nessa área. Também com relação a essa questão do atendimento das crianças com necessidade especial, que em 2013 previa dez milhões e 600 mil e neste ano um aumento muito pequeno comparado aos outros investimentos, e falo exatamente nesse convênio de dez milhões e 600 mil.

Seriam basicamente essas as minhas indagações e aquela dúvida de quando nós podemos zerar esse déficit com relação às creches e EMEIs.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Vamos ouvir o Secretário César Callegari.

O SR. CÉSAR CALLEGARI – Caríssimo, Vereador Ricardo Nunes, sendo bem objetivo nas respostas, com relação ao trabalho dos Mova, das unidades de Mova, Movimento de Alfabetização de Adultos...

O SR. CESAR CALLEGARI – Caríssimo Vereador Ricardo Nunes, sendo bem

objetivo nas respostas, em relação ao trabalho dos MOVA, das unidades de MOVA, o Movimento de Alfabetização de Adultos, acabamos de fazer um ajuste dos per capita, que foi maior do que qualquer outro reajuste no âmbito da educação. Enquanto que fizemos reajustes nos convênios de creche de 7%, agora o da Mova foi de quase 10%.

É pouco ainda, reconhecemos que as nossas restrições estão muito mais ligadas a restrições gerais no âmbito da Prefeitura em relação a contratos e convênios. Estivemos reunidos com a Coordenação do Mova na cidade de São Paulo e dissemos que algumas outras formas de ajudá-los já estão providenciadas. Por exemplo, no próximo ano, os estudantes em MOVA receberão material escolar diretamente da Prefeitura, e não mais custeados pelo convênio.

Então, só dizer que temos muita consciência do enorme valor desse Movimento de Alfabetização de Adultos e pretendemos, ao longo desses três anos, fazer uma grande inflexão para a sua valorização.

Um dos grandes aumentos da proposta orçamentária diz respeito aos recursos para ampliar o número de auxiliares de vida escolar e de estagiários, dois elementos fundamentais para a melhoria das condições de inclusão educacional de crianças com deficiência. Estamos ampliando os convênios com a SPDM, que nos proveem esses recursos.

Uma novidade que o nobre Vereador percebeu claramente é o PTRF. Estamos na perspectiva de fortalecer a autonomia da escola, reajustando em 50% o valor desse PTRF, uma verba que a Secretaria de Educação destina diretamente para a unidade escolar. Então fortalecer a autonomia não pode ser apenas uma declaração de intenção, tem que fortalecer inclusive com meios, e a Secretaria está aumentando em 50% as verbas de PTRF para o ano que vem.

A respeito do plano de expansão dos CEUS, vou verificar a construção do CEU do Parque Santo Antônio, que não me recordo, mas depois te dou essa informação.

O nobre Vereador fez uma série de indagações a respeito de vagas provenientes

dos novos CEIs que serão construídos e de convênios. O valor calculado para a construção de uma nova unidade de educação infantil é de aproximadamente R\$ 4 milhões, só para a construção. Evidentemente que, se tivermos soluções provenientes do acordo com o Governo Federal, além de novos sistemas construtivos mais baratos, esse valor pode cair.

Respondendo à sua indagação fundamental: com a construção de novas unidades, sobretudo CEIs, nós pretendemos criar cerca de 55 mil novas vagas e, para atingir cerca de 105.000 vagas, esse complemento deverá acontecer a partir da ampliação qualificada de convênios.

Aproveito para reiterar uma manifestação que temos repetido nesta Casa mesmo de que temos imenso respeito não apenas pela necessidade, mas ao respeito ao histórico de contribuição às crianças e à cidade, da maioria, que são as entidades conveniadas, nossas aliadas, parceiras. Então, não podemos tê-las como adversárias ou, como alguns pensam, um mal necessário.

E as entidades conveniadas foram criadas desde antes da administração do Haddad. Quando conseguimos, através do Sistema Nacional de Financiamento da Educação, recepcionar as matrículas em entidades conveniadas como matrículas válidas para o cômputo do Fundeb, é porque sabemos que no Brasil o avanço que temos de fazer para consagrar o direito educacional de crianças de zero a três anos depende da mobilização de instituições educacionais, que não são necessariamente do poder público direto. Por isso, nós as respeitamos e fazemos questão de uma parceria forte. E lamentamos por ter de fechar convênios.

Confesso que tivemos muitas restrições financeiras ao longo deste ano, e algumas restrições que foram impostas por advento de circunstâncias como essa: de abrir novos convênios ou ampliar convênios anteriores para recepcionar crianças egressas de convênios que tiveram de ser denunciados.

Talvez isso explique o seu apontamento, pois alguns convênios que estão até

prontos para serem abertos, e não tínhamos condições financeiras de abri-los ao longo deste ano. Mas para o ano que vem, temos a convicção de ampliar isso. E aproveito para dizer que estamos diante de uma possibilidade de um acordo inédito, perante o Tribunal de Justiça, em relação ao forte aumento de vagas nas creches na cidade de São Paulo.

E o Sr. Marivaldo é um tesouro mesmo, porque a sua escola é uma das boas referências de como é possível ter educação de boa qualidade na cidade de São Paulo, mesmo em áreas com dificuldade social, como é o caso da sua escola. Então é um exemplo claro. E tenho falado com ele frequentemente. É um exemplo caro de uma escola que pode se desenvolver com projetos, com mobilização da comunidade, com disciplina e respeito à própria democracia interna da escola.

A Sra. Marcia está me informando que as informações sobre o programa de construção de EMEFs estão detalhadas no programa 30.10.

Fico à disposição para esclarecimentos complementares. Agradeço as manifestações do nobre Vereador Aurélio Nomura. Procurei falar a respeito do déficit de vagas. Temos uma preocupação muito grande a respeito da judicialização. Só para o senhor ter uma ideia, neste ano, temos 12.000 crianças que foram matriculadas no nosso sistema por conta de decisões judiciais e que acabam passando na frente de outras crianças.

Esse acordo que eu me referia com o Tribunal de Justiça de São Paulo e outras entidades, Ministério Público, Defensoria Pública, é para que termine o processo de judicialização.

Aproveito para anunciar que pretendemos, no início do ano que vem, implantar o atendimento prioritário a crianças com alta vulnerabilidade. Ou seja, cerca de 11.000 crianças na cidade de São Paulo, de zero a três anos, são de famílias que recebem até 70 reais de renda per capita, portanto, em situação de extrema pobreza.

Não queremos que somente essas crianças sejam atendidas, mas elas terão um atendimento prioritário, porque na fila de cerca de 160 mil crianças existem desde crianças em

situação de extrema pobreza até de famílias de classe média.

Todos têm o direito à educação. Sabemos disso e vamos respeitar. Mas algumas crianças precisam de uma atenção especial por viver em situação de altíssima vulnerabilidade.

Sobre os investimentos em relação à formação de professores, temos absoluta consciência de que não há educação de boa qualidade nas condições em que os profissionais atuam, entre elas o investimento em formação de professores.

Parte significativa dos investimentos em formação está ligada à presença de 31 polos da Universidade Aberta do Brasil, então essa é uma das melhores notícias de educação que a cidade de São Paulo pode ter. Esses 31 polos abrigarão a presença das melhores e maiores universidades públicas brasileiras, dentre as quais a Unesp, a Unifesp, a USP, as instituições federais no entorno do Estado de São Paulo; e parte desses investimentos será feita através de custos cobertos pelo Ministério da Educação.

E a respeito da sua questão sobre atendimento às crianças com necessidades especiais, eu quero dizer que a conta se divide, porque parte desse atendimento é através dos centros específicos que estão instalados nas Diretorias Regionais de Educação e também com aquele programa de estagiários que eu me reportei agora há pouco.

Então, os investimentos estão crescendo não apenas em termos de volume de recursos financeiros mobilizados, mas também da melhoria dos procedimentos técnicos em relação à educação especial

Permaneço sempre à disposição dos Srs. Vereadores para esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradeço ao Secretário César Callegari, que não só veio dar esclarecimento dos fatos, mas é um dos poucos Secretários, acho que o único, que vem à Câmara Municipal quase que semanalmente para despachar no gabinete dos Srs. Vereadores. Isso deveria ser um exemplo aos demais Secretários.

Para os senhores terem uma ideia, hoje teremos audiência pública da Comissão de Transportes e, até agora, o Secretário de Transportes não apareceu.

Anuncio a presença do nobre Vereador Reis, Presidente da Comissão de Educação.

Agradeço a presença do Sr. Secretário e encerro a audiência pública de educação.

A Sra. Rosane Corrêa de Oliveira, Diretora do Centro de Controle de Zoonoses está presente, mas por ser subordinada à Covisa as que estão aqui representando o CCZ não pretendem se pronunciar.

Convido para compor a Mesa o Sr. Sergio Trani, Superintendente de Serviços Funerários. Também estão presentes os Srs. Nilson Geraldo da Silva, representando o Superintendente da Autarquia Hospitalar; e Roberto Morimoto.

Tem a palavra o Sr. Sergio Trani para esclarecimentos em relação ao Orçamento.

O SR. SERGIO TRANI – Boa tarde a todos. Tentarei ser bastante sintético até porque a Autarquia Hospitalar trata dos óbitos do Município.

Sob o ponto da receita para 2014, trabalhando a perspectiva do Plano Plurianual, a nossa receita tributária está trabalhando na ordem de R\$ 1,450 milhão. Nessa receita tributária, incluímos as taxas de cemitérios particulares também.

Para as receitas patrimoniais são aplicações financeiras, estamos prevendo, com parte na entrada de recursos, R\$ 4,140 milhões. A receita de serviços, nossa principal fonte de receita, atinge R\$ 180,210 milhões, subdividida no administrativo, urnas de caixões e urnas para cinzas, transporte, concessões, crematório, paramentação; serviços de cemitérios, incluindo exumação, sepultamentos, aluguel de ossários, gavetas, entre outros; velório, artigos religiosos e vela; enfeites florais, que são as flores que ornamentam o corpo, e principalmente a venda das coroas de flores, uma introdução importante na esfera do serviço funerário, com as licitações já prontas e estruturadas.

Esse é um fato novo, que discutirei mais à frente, com mais detalhes, se assim os

senhores acharem necessário. Mas a questão das flores, eu gostaria de citar que é um serviço de extrema rentabilidade. É hoje, talvez, a maior rentabilidade que poderíamos ter no Serviço Funerário, uma das maiores - além, evidentemente, da venda das urnas. E o Serviço Funerário não faz, não vende enfeites, não vende as coroas de flores. Então, estamos licitando isso, Vereador, e estamos trabalhando a perspectiva de ter uma rentabilidade importante, onde teremos uma agregação à receita do Município, na ordem de 30 milhões de reais.

Então, quando apresentamos o resultado final do Orçamento para o ano que vem, perspectiva de Orçamento, 30 milhões do total, de 186, que estamos apresentando, vem da expectativa da venda de flores.

Temos ainda outras receitas que são multas, etc. e receita de capital - também são valores pequenos.

Sob o ponto de vista das despesas, vou... Assim, passei em linhas gerais, acho que é mais fácil, talvez, fazer dessa maneira a discussão - não estou seguro disso -, mas a minha ideia é apresentar, em linhas gerais, isso e, aí, até através do debate, podermos aprofundar algumas questões.

As despesas previstas para 2014 estão distribuídas exatamente da seguinte forma: pessoal, benefícios e encargos, entrando todos os aspectos, inclusive auxílio-transporte, a questão de vencimentos, a questão de horas extras, incluídas aqui, chegaremos a 70,815 milhões, ocupando um percentual aproximado de 38%, arredondando, da folha. Se executarmos efetivamente o Orçamento como um todo no ano que vem, estaremos comprometendo a folha com 38%, o que nos daria uma qualidade de perspectiva de investimento no Serviço Funerário de forma importante, já que, neste ano, nossa capacidade de investimento ficou muito próxima a zero.

A revenda de urnas, caixões, flores, véus e velas atingiria 32,740 milhões.

Material de consumo: 5,685 milhões.

Serviço de terceiros - entram aí contrato de água, luz, telefone, etc.: 35,511 milhões.

Temos aqui serviços de terceiros, ações previstas por conta do aumento de receita de 33,374 milhões - aqui entram as flores que eu falei.

Sentenças judiciais, precatórios: temos uma despesa de 5,115 milhões.

Obrigações patronais - no caso, o Pasep: 1,870 milhão.

Material permanente - que entra aqui também a parte de informática: 1,140 milhão reais.

Restituição e indenizações - que é a devolução de importâncias e concessões: 275 mil.

Com isso, a gente estabelece, em linhas gerais, a estrutura de receita e despesa.

Sob o ponto de vista da despesa, gostaria de citar, talvez, os principais contratos que hoje temos no Serviço Funerário: temos um contrato de limpeza, essa licitação está aberta, agora. Estamos renovando esse contrato. Ele foi renovado por um período curto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Qual foi o período de renovação?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO PORTO - É, foi renovado o contrato. Hoje, a empresa que faz a limpeza dos cemitérios é a Tonanni. Ela foi renovada por 12 meses, com cláusula resolutive e estamos trabalhando o processo licitatório agora para poder estruturar. Esse contrato tem um gasto anual de 11,300 milhões de reais.

A locação de veículos hoje - são 60 veículos, mais seis veículos de suporte técnico: 3,540 milhões de reais por ano.

O combustível: temos hoje um contrato de 1,5 milhão.

A locação de veículos elétricos: são os veículos que hoje circulam nos 22 cemitérios da capital para atender o transporte das urnas para levar para enterro; e a parte também dos carros elétricos que transportam pessoas com deficiência ou, particularmente, pessoas da terceira idade. Esse contrato equivale hoje a 850 mil reais um ano. São 38 veículos.

O contrato de urnas hoje: trabalhamos com consumo médio de 1,5 milhão - esses

valores, evidentemente, oscilam ao longo dos meses porque os óbitos variam. Temos uma estrutura média de óbitos, em São Paulo - não que forneçamos todos esses serviços, mas temos hoje uma média de 300 óbitos por dia na cidade de São Paulo.

Isso nos leva a ter um consumo médio de 1,5 milhão de reais por mês na compra e venda de urnas funerárias, com um contrato, então, fechado, de 24 milhões de reais por ano - isso previsto já o valor de Ata de Registro de Preços, Vereadores. Porque o valor estimado médio imaginamos que deva chegar, no ano que vem, em torno de 16 milhões de reais, porém foi feita uma Ata de Registro de Preço que estabeleceu esses montantes.

As flores ornamentais para urna: é um contrato de 2,1 milhões.

A manutenção de fornos para o crematório: é um contrato que pode chegar a 580 mil reais. É um contrato estimado porque, evidentemente, a manutenção varia de acordo com o tipo de problema que possa acontecer nos fornos. Temos hoje quatro fornos em funcionamento no Crematório da Vila Alpina. Os quatro têm funcionado praticamente 24 horas por dia. Tivemos problemas agora, há pouco tempo: tínhamos dois fornos parados, agora estamos com eles funcionando.

Então, como falei, o contrato tem sua manutenção estimada em 580 mil reais.

O gás para o crematório: hoje está calculado em torno de 1,250 milhão de reais por ano.

E a proposta para o ano que vem: também temos, já com licitação montada, para haver uma frota administrativa, sendo que hoje não temos praticamente nenhum carro funcionando da estrutura administrativa.

Portanto, a própria circulação administrativa - incluindo aí fiscais etc. - está comprometida. Esse é um contrato de 2,400 milhões por ano.

Dessa forma, gostaria de citar, sob o ponto de vista da despesa prevista, aquilo que estabelecemos para o ano que vem: para o ano de 2014, a reforma de cemitérios foi estimada num montante de 11,089 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Perdão, onde é que estão esses investimentos? Não estou achando aqui.

R - Esses investimentos estão...

P - Outras despesas?

Porque investimento, o senhor tinha 11 milhões em 2013; foram empenhados, em 2012, 1,9 milhão; o Orçamento de 2013 também foi de 1,800 milhão; liquidado, 72 mil; e proposta para investimento é de 1,130 milhão.

R - Reforma de cemitérios está em serviço de terceiros.

P - Quer dizer que, no meu quadro, então, aqui, são outras despesas?

Porque, em outras despesas, vocês gastaram 76 milhões - só para eu concluir -, em 2012; empenhados foram 69 milhões; orçados para 2013 em outras despesas: 75,555 milhões; gastos até agora - não sei como - 76,705; liquidados até setembro, 41 milhões; e a previsão que o senhor pede, proposta de 2014, outras despesas: 122 milhões. Quer dizer, seu Orçamento de pessoal e encargos é de 63 milhões; de investimento, o senhor está pedindo 1,130 milhão; e as outras despesas, 122 milhões. Quer dizer, outras despesas - que sempre temos aqui, que é a Assessoria que colabora, eles colocam esses valores como aluguel, manutenção, enfim. E essas obras estão onde? Nesses 122 milhões?

R - Então, estão assim: da estruturação, que eu tenho colocado, vou pedir para a Assessoria me auxiliar na condição de como foi formatado o seu Orçamento, que não estou com ele aqui.

P - Eu coloco à disposição para a Assessoria analisar.

Eu gostaria de passar à Secretaria. (Pausa) O Fábio sempre presente. (Pausa) Eu perdi a Secretaria, acho. (Pausa) Há alguém que possa nos assessorar aí? O senhor pode nos assessorar? Tem inscrição? (Pausa) Não tem. Muito bem. Então, é só o Fábio.

O Fábio é o último inscrito. A Dona Maria do Socorro passa.

Fábio, por favor. Enquanto isso, vocês analisam e eu volto à questão.

Então, tem a palavra o Fábio.

O SR. FÁBIO – Obrigado, Vereador Tripoli. Mais uma vez falando da Secretaria dos Serviços Funerários, importante autarquia do Município de São Paulo.

Saúdo os Vereadores Fiorilo, Nomura, Ricardo, o Sr. Superintendente e sua equipe, população presente.

Minha pergunta é simples, haja vista que a verba do Serviço Funerário para 2014 são 186,5 milhões de reais. Mas na página 185 do PPA, está citada a reforma de cinco cemitérios, como o senhor bem disse. Gostaria de saber quais são os cinco cemitérios que serão reformados e/ou ampliados. E se em 2013 houve alguma reforma/ampliação de algum cemitério. Porém, o que mais me chama a atenção na dotação é que a verba para a reforma dos cinco cemitérios é de dez mil reais, segundo a mesma página do PPA. A média é de dois mil reais por cemitério. Está certo ou o que acontece com essa verba?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Gostaria de primeiro dar a palavra ao Vereador Ricardo Nunes. Depois o senhor poderá responder o conjunto de perguntas.

Antes, porém, anuncio que se encontra entre nós o Vereador Calvo, a quem saúdo, meus sentimentos. Infelizmente, no último final de semana tivemos a perda de um ex-Vereador da Casa, Alberto Calvo, que foi Vereador comigo. O enterro foi no domingo, e esta aqui seu filho, Rubens Calvo. Em homenagem, peço seja mantido um minuto de silêncio.

Sei que haverá em Plenário uma grande homenagem, mas eu fui Colega do Vereador Alberto Calvo, também registro minhas homenagens. Foi uma grande perda para a cidade de São Paulo.

- É feito um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente.

Sr. Sérgio Trani, estou lendo que há aumento de 62% em relação ao Orçamento de 2013, conforme o nosso Presidente Roberto Tripoli disse, indo o valor para R\$122.200.000,00. Por outro lado, o Serviço Funerário está encolhendo na cidade. Tínhamos 14 agências e só este ano três foram fechadas: Beneficência, Servidor Estadual e Romi. Acho que é isso. Gostaria de entender, Superintendente, o motivo de estar diminuindo o atendimento aos munícipes. Do meu ponto de vista, acho que deveríamos ter ampliado. Às vezes, a pessoa sai de longe para se dirigir a um serviço funerário, está em momento de dor, e ele está diminuindo. Sei de conversas de que talvez diminua ainda mais. Quero entender por que está diminuindo e talvez – ao diminuir as agências – precisemos diminuir o Orçamento, não aumentar. A não ser que haja anúncio de que, no próximo ano, o senhor vai ter outra visão, ampliar os serviços para que fique mais próximo dos munícipes.

Outro aspecto é que, em janeiro de 2012, houve aquisição de 60 automóveis OK, com ar-condicionado e uma série de equipamentos. O superintendente à época anunciou que das 14 agências funerárias, 13 seriam reformadas durante 2012. Passaram-se os anos de 2012 e 2013, eu não consegui achar, de jeito nenhum, se foram feitas ou não essas reformas. Se o senhor puder nos informar se houve reformas nas 13 agências das 14 existentes, eu agradeceria. Se por acaso tiver havido essas reformas, o que justifica terem sido reformadas e o senhor ter fechado três delas, este ano?

Como amanhã deveremos ter outra reunião, creio, o senhor poderá detalhar algumas questões relativas à ação judicial quanto ao recolhimento dos corpos à SVO, acho que podemos então resolver amanhã. Hoje o horário hoje acabou se adiantando.

De outro lado, por conta de entender a questão do Orçamento, pergunto: por que está diminuindo o serviço e aumentando o Orçamento? Também, por favor, quero saber se houve as reformas nas agências.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Senhores, quero anunciar que se

encontra entre nós o ex-Vereador Juscelino Gadelha.

Neste momento, passo a presidência ao Vereador Aurélio Nomura, para dar sequência à audiência pública e presidir a audiência sobre as autarquias. Creio, seja a última do dia de hoje. Eu tenho de passar para a de Meio Ambiente.

- Assume a presidência o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Aproveitando as perguntas do Vereador Ricardo, faço também algumas indagações para o Sr. Sérgio Trani. Quanto à manutenção, quanto ao transporte fúnebre, verifica-se que há redução em relação aos valores. Por exemplo, operação e manutenção de cemitérios. Em 2013, o valor do Orçamento é de 31 milhões; liquidado até setembro de 2013, foram 19 milhões; e a proposta para 2014 são 29 milhões. Por que constam tais diferenças?

Outra questão é quanto ao crematório. As informações que temos é de que o crematório necessita de reforma, de ampliação e com a maior urgência. Hoje, uma cerimônia de cremação não acontece no mesmo dia. Demandariam dois ou três dias para a cremação. E o que temos para operação e manutenção do crematório, apesar de o aumento ser de quase três milhões, creio que os valores sejam irrisórios perto das necessidades do crematório. Para a construção de um crematório, por exemplo, serão necessários muito mais recursos do que os ora indicados. Não sei se está correta a minha afirmação.

Quero falar também sobre a operação e manutenção dos velórios. Hoje, para se conseguir um velório público, é raro, há uma série de dificuldades. Por incrível que pareça, os funcionários recomendam que o velório seja realizado particular. Os velórios não têm vagas, estão fechados. Verifica-se que na operação e manutenção dos velórios, que é uma coisa extremamente sensível, houve uma redução de valores, de 3,8 milhões para 2,8 milhões. Um milhão a menos, para o ano de 2014.

Outro aspecto também me chamou a atenção é quanto à administração da autarquia. Ela desapareceu e eu queria uma informação. No Orçamento de 2013 o valor era

perto de 45 milhões; e não aparece na proposta de 2014.

Quanto à fabricação de caixões, essa é a grande questão. Há inúmeras denúncias. Não sei se consta em outro local, mas vejo aqui: fabricação de caixões, mortuários e artigos religiosos, no Orçamento de 2013 constava 10 mil e para o ano que vem não consta nada.

Essas são as minhas indagações.

Por gentileza, passo a palavra ao Dr. Sérgio Trani, Superintendente do Serviço Funerário de São Paulo.

O SR. SÉRGIO TRANI – Vereador Aurélio, Vereador Ricardo, vou tentar falar de modo mais geral quanto aos nossos problemas porque, enfim, o emaranhado é grande.

Tive a oportunidade de estar com os senhores tempos atrás, tivemos uma longa reunião com a Comissão, amanhã de novo estaremos juntos para que possamos esclarecer muitas coisas.

Sempre que estivemos juntos procurei ser sempre muito sincero, não temos o que esconder até porque a situação do Serviço Funerário é historicamente de vulnerabilidade. Os senhores sabem muito bem, os que têm mandato há mais tempo conhecem bem a situação do Serviço Funerário, e nós chegamos agora. A situação que encontramos é de enorme déficit financeiro, tanto é verdade que dos 126 milhões estimados no Orçamento, vamos conseguir realizar entre 108 e 110 milhões. Isso porque perdemos receita sistematicamente, a saber: perdemos para o setor privado que hoje tem um serviço de melhor qualidade e também ataca nossos pontos estratégicos nossos, poderiam ser de renda mais elevada, seriam serviços com mais preço, e nós perdemos porque não temos hoje uma ação direta nos principais hospitais da cidade. Isso se reflete sobre a questão do fechamento da agência da Beneficência Portuguesa. Esse fechamento, essa opção não foi nossa, pelo contrário. Estamos tentando trabalhar nessa perspectiva e desenvolvendo tudo isso para trabalhar dentro dos hospitais, só que essa entrada não significa montagem de agências. A conotação que entendemos como atendimento à população, ela tem vários problemas. Os nossos principais problemas hoje

ultrapassam a quantidade de agências, tanto é que na estruturação que fizemos agora – que está em estágio avançado – os nossos conceitos, e um dos pontos que ia citar, tinha ideia de mostrar os tópicos efetivos de investimentos para o ano que vem. Isso justifica, evidentemente, o que pensamos fazer.

O principal tópico de investimento são os CAFs que, de verdade, mudam de nome. Eram CAFs, mas hoje a sigla existe na Prefeitura, é um termo financeiro. Criamos então os Ceaf – Centro de Atendimento Funerário. Estruturamos, o projeto está avançado, está em estágio final para apresentarmos à população e particularmente a esta Casa. Teríamos quatro áreas de atuação e o conceito do Ceaf é o da descentralização.

Hoje estamos na Vila Maria – e hoje tratamos do ponto de vista da criação dos CEUs – e está muito avançada a construção do CEU onde é hoje a nossa ação local. Estamos saindo. Venceu o nosso contrato de concessão, era de vários anos, vence no final deste ano, e nós alugamos nova sede da Vila Guilherme, na Rua da Coroa. Essa sede está em final de reforma, temos então uma estruturação inicial. A dificuldade que encontro para explicar à população, a esta Casa e aos Srs. Vereadores é que temos de trocar a roda com o carro andando. Ao mesmo tempo, temos de mudar o modelo de gestão, temos o trabalho a ser executado. A criação dos Ceaf se coloca quanto à descentralização, teríamos Norte, Sul, Leste e Oeste. E esse trabalho está sendo estruturado junto com a Secretaria de Planejamento porque hoje a nossa estrutura funcional é muito precária. Falei em várias oportunidades sobre a quantidade de funcionários em desvio de função, os que estão se aposentando, muitos até falecendo. Então, a preparação de concurso, a preparação da autarquia está em sintonia fina com a Secretaria de Planejamento. A Secretária Leda Paulini, junto com a sua assessoria, com a Helena, está nos dando total apoio para que possamos montar nova estrutura no Serviço Funerário. Esse processo está avançado, tanto é que se fecharmos o cronograma, o projeto de lei de mudança deve vir a esta Casa agora, em meados de dezembro ou início de janeiro. Esse projeto de lei reestrutura a autarquia. Nele entram os Ceafs, que mudam completamente o

conceito de agência porque teríamos as quatro principais ações dos Ceafs, pela nossa proposta seriam estruturados nas quatro regiões da cidade. Se acharem interessante, eu posso entregar este trabalho aos senhores.

Teríamos hoje as seguintes áreas definidas: Cachoeirinha, zona Norte; Campo Grande, zona Sul; Vila Mariana, região central; e Itaquera, zona Leste. Vem então a pergunta: Araçá, nossa principal agência, você fecha? Não, não podemos fechar. Até porque em contato com os técnicos que trabalham a estatística de morte na cidade de São Paulo, fizemos levantamentos, tivemos reuniões junto com o Planejamento, concluímos que os óbitos da cidade de São Paulo acontecem em algumas regiões e hospitais específicos em maior quantidade. Na região em que está hoje o Araçá, temos o Hospital das Clínicas; Servidor Municipal, Estadual, Emílio Ribas, enfim. Naquela região é onde acontece a maior quantidade de óbitos da cidade. Portanto, nossa agência é consequência disso. Concluímos que a construção dos Ceafs não vão ser feitas pelas moradias, acontecerá efetivamente aonde acontece procura do serviço, que é aonde acontece o óbito. Isso está calculado e estruturado. Portanto, essa subdivisão está pautada nessa questão.

Um exemplo, na zona Sul nós subimos para o Campo Grande devido a sua área e porque a agência Santo Amaro seria deslocada para lá. Agora, se nós entendermos que localmente precisamos montar outras agências, não precisamos fechá-las. Elas ficariam como satélites ao Ceaf, isto é, Sul 1; Sul 2; Sul 3.

Temos de esclarecer o que é o sistema Ceaf. Isso é importante porque é um conceito. Nós teríamos num único local todos os serviços juntos. Isso mudaria completamente o pula-pula que as pessoas precisam fazer no momento em que, infelizmente, ocorre um óbito. Teríamos agência funerária, o centro tráfego, a sala de conforto e de espera, a assistência social e enfermaria. Esse último item está entrando na reestruturação porque não há esse quadro. Também haveria estoque de produtos e revenda, expedição, floricultura, lanchonete, delegacia de polícia, bancos, etc. Tudo estaria num único local. Nisso entram alguns serviços

que hoje não prestamos. Quando falamos em clínica, estamos falando em tanatopraxia, que hoje não acontece. E saibam: é um problema grave dentro do serviço funerário.

Do mesmo jeito que citei, na primeira apresentação, o assunto das flores. As flores, as coroas não são vendidas hoje. Porque? Por que não vendemos algo que é extremamente rentável. Isso pode dar uma receita para nós em torno de 30 milhões de reais. Porque o serviço funerário não vende? A licitação está pronta.

Entendendo esse conceito, imagino que eu consiga, a partir daqui, responder inúmeras indagações.

Nossa estruturação – de reformas de cemitérios etc. – pauta-se num ano em que tivemos investimento zero. E isso os senhores sabem melhor que eu.

Estamos fechando o ano de 2013 na condição de *superávits* financeiros que o serviço funerário teve ao longo de muitos anos, mas que, efetivamente, nos últimos exercícios, não está tendo mais.

O *superávit* financeiro que se obteve sem investimento – respondendo outra pergunta, sobre o que foi feito na agência – foi utilizado para algumas reformas, parece que falaram aqui hoje em 13, posso verificar com os cemitérios depois, mas foram algumas, entre elas, por exemplo, Santo Amaro, uma região bem conhecida do Vereador.

Aliás, o senhor sabe de que jeito foi feita aquela reforma, teremos até de refazer. Foi feita de forma precaríssima, capela caindo e tal. Estamos reestruturando o econômico-financeiro para poder atingir o nível de investimento da Cidade ano que vem.

Na verdade, quando o senhor fala em redução, se levarmos em consideração os investimentos necessários e percebermos uma mudança na maneira que temos de atender a população, nas nossas projeções e estudos que fizemos – hoje, um atendimento médio – que pode chegar até 19 horas entre o óbito e o velório – reduziríamos, com a condução do CAF, para quatro horas.

É evidente que poderíamos ganhar tempo desde já se nossos corredores

pudessem andar pelos corredores de ônibus. Não podem. Daí gera até um problema de multa com nossos funcionários em situações existe a pressão natural da população de que os serviços estão atrasados.

A centralização é importante para atender a população, sob o ponto de vista, evidentemente, regional da Cidade de São Paulo, que é gigante e, particularmente, resolve um problema fundamental: a mobilidade que temos hoje. Cada carro vai para a zona Norte, depois zona Sul, volta para a zona Norte, vai para a zona Leste. Essa logística é completamente ilógica, se me permitem usar essa colocação.

Então a condição da criação dos CEAFIG é uma condição real para que possamos ter lógica no atendimento à população e com velocidade.

A nossa previsão, entre a preparação do corpo e a chegada aos velórios, seria tratada na base de quatro horas. Esse é o trabalho médio que chegaríamos entre a contratação dos serviços – compreenda, a contratação dos serviços - até levar ao velório. Não estou levando em consideração o que poderia passar pelo IML e pelo SVO.

Não sei se interessa aos senhores e ao público presente discutir a questão SVO, se amanhã faremos essa discussão – poderemos fazer amanhã – mas, acho que, em linhas gerais - note que não respondi pontualmente – no cômputo geral, esse é o quadro que está colocado enquanto reestruturação.

Temos sobre a área de cemitérios, só para encerrar, algumas outras ações. Estamos padronizando todos os ossuários. Reabrimos todos os cemitérios com problemas de vagas. Reestruturamos os ossuários gerais. Isso foi feito agora.

E estamos ainda desenvolvendo uma função importante, que foi matéria de intenso estudo, no sentido de poder baratear uma parcela da população que paga muito caro na hora em que adquire uma concessão; e também como você trabalha essa concessão hoje para construir ou reformar.

Atualmente, os empreiteiros que estão dentro dos cemitérios simplesmente não

obedecem ninguém. Estão soltos lá dentro.

Mas vamos entender que é uma área pública. Portanto, já cadastramos todos, com critério rígido. Os jardineiros estão todos cadastrados.

E, a partir daí, a questão geral, sob o ponto de vista de ação, levamos em consideração que colocamos engenheiros e estamos propondo – isso será divulgado no *Diário Oficial* e em jornais de grande circulação – o preço indicativo para construção e reforma. Porque preço indicativo? Não podemos estabelecer um preço final, salvo se nós, simplesmente, construíssemos os túmulos, o que não é o caso.

Então, nessa condição, como vivemos da concessão e não temos taxa para adquirir, para cobrança de manutenção, o que temos é a venda da concessão. E a manutenção dessa venda é do Município que assim a adquiriu.

Nesse caso, Srs. Vereadores, e senhores presentes, nossa ideia foi padronizar túmulos. Criamos seis tipos de túmulos com dez tipos de acabamento. Temos 60 alternativas.

É evidente, e não posso limitar, condições específicas. O cemitério da Consolação, por exemplo, é um cemitério específico, histórico. É possível que um proprietário de lá queira fazer uma capela. Daí, é uma condição direta com o empreiteiro e ponto final.

Estamos parametrizando a diretriz de quanto custa e, desse custo, quanto vai ser colocado para a população.

Os nossos estudos demandam uma redução dos custos atualmente cobrados da população, entre construção e reforma, de mais de 30%. Túmulos hoje vendidos a R\$ 20 mil ou R\$ 18 mil, terão queda do valor na construção para entre R\$ 13 mil e R\$ 14 mil. Esses estudos também estão prontos e posso colocar à disposição dos senhores, se assim desejarem.

Então ações sobre os cemitérios, estamos pegando os principais pontos que hoje são factíveis de desvios. É o caso do empreiteiro que cobra o que quer, pode vender áreas sem controle – isso está tudo estruturado internamente -, e na questão dos CEAFIZ(?), no

nosso modo de ver, é a essência – isso é no nosso ponto de vista, defendendo isso - e tenho certeza que, colocando em prática teremos uma outra qualidade completa no serviço funerário.

Os números que se colocam daqui para a frente. Posso esclarecer como os senhores acharem melhor seguem em função dessas diretrizes.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurelio Nomura) – Vereador?

O SR. RICARDO NUNES - Sr. Sérgio Trani, não vou te negar que não me convence nenhum pouco seu projeto.

O SR. SÉRGIO TRANI – Não lhe convenceu? Não entendi o que o senhor falou.

O SR. RICARDO NUNES - Se todo mundo sabe, até quem mora lá em Pernambuco, que o grande problema do serviço funerário são as funerárias de fora que ficam aliciando as pessoas no momento de dor, no hospital, no SVO, no IML. Elas cobram ali R\$ 15 mil e vou no serviço funerário e pago mil e poucos reais, o senhor está tirando o serviço funerário desse local e deixando – digamos assim – o galinheiro com a porta bem aberta. Tomara que o senhor tenha sorte nisso.

Isso todo mundo sabe e o senhor também sabe. Se foi o que entendi, tínhamos 14 agências do serviço funerário, o senhor baixou para 11 e, agora, vai baixar para quatro?

O SR. SÉRGIO TRANI – Não, Vereador, não foi isso que eu disse. Acho que não me fiz claro. Só para esclarecer ao senhor, se me permite interrompê-lo. Eu não baixei, o fechamento da estadual e o fechamento do da Beneficência não foram decisões nossas.

Estive, inclusive, conversando com o Sr. Latif, da estadual, ele está fazendo uma reforma enorme lá e reabriremos a agência assim que a reforma for feita.

O SR. RICARDO NUNES - A Home foi de vocês a decisão?

O SR. SÉRGIO TRANI – Desculpe?

O SR. RICARDO NUNES - A Funeral Home?

O SR. SÉRGIO TRANI – A Funeral Home já está fechada. Não herdamos isso.

O SR. RICARDO NUNES - Não está fechada?

O SR. SÉRGIO TRANI – Mas não fomos nós que fechamos. Já estava fechada quando chegamos.

E a Funeral Home tem outro problema, só um parêntesis: a Funeral Home hoje, vamos dizer, existem dois grandes funerais de nível A – se posso chamar assim – de classe média alta na Cidade de São Paulo. A Funeral Home é um deles.

O que acontecia, a nível prática, é que: quando existia a agência, cheguei a cogitar e fui visitar lá na Paulista – aliás, existe outro que fica na região do Shopping Eldorado – são os dois grandes centros funerários de classe média alta.

O problema é que se montarmos uma agência nesse local, o que acaba acontecendo na prática é a contratação dos serviços para eles. Nós trabalharíamos para o setor privado. Isso pode provar para o senhor e discutir em detalhes.

Cheguei a cogitar em abrir, mas essa ideia eu demovi e justifico tecnicamente porque. As outras duas que fecharam – caso da Beneficência Portuguesa e especificamente o Hospital do Servidor – não foi, evidentemente, uma decisão nossa. Não está colocado isso. Nós poderíamos até pensar em reduzir as agências, isso está colocado na condução do CEAFIZ, mas os CEAFIZ não funcionariam. Para construir o CEAFIZ nós vamos ter um investimento de seis milhões e meio de reais. Esse investimento vai estar ao longo de 2014 e 2015. Portanto, o próprio funcionamento da estrutura só se daria a partir de 2015, para estruturar. O ano que vem o funcionamento tem que ser nas condições atuais, isso não está colocado.

Agora, essas duas agências não foi decisão nossa, tanto que estamos cogitando em abrir agências em condições próximas, só que isso implica ter capacidade de investimento. Não está colocado, Vereador, estou assumindo publicamente, o fechamento de agências, muito pelo contrário.

O SR. RICARDO NUNES – O senhor não vai fechar mais?

O SR. SÉRGIO TRANI - Se não, não vendo. Existe uma discussão – vou colocar mais uma – o servidor público municipal...

O SR. RICARDO NUNES – O senhor vai fechar também.

O SR. SÉRGIO TRANI – Eu não vou fechar. Foi pedido o prédio, porque vai haver uma reforma e me foi pedido. Nós estamos estudando uma solução para trabalhar naquela região a abertura de uma agência. A área de cemitérios está aqui, meu diretor de cemitérios, que tem colocado muito isso, está aqui, junto com o meu diretor econômico-financeiro. Nós estamos estudando a possibilidade de uma reabertura na região, na região do estadual e na região do municipal, porque a agência que foi fechada pela Beneficência, migrou o usuário e as pessoas que precisavam na agência, migrou para o municipal. O do estadual também migrou. Se fechar o municipal nós perdemos aquela região, isso é muito grave e isso não vai acontecer.

O SR. RICARDO NUNES – São três polos de expedição dos caixões.

O SR. SÉRGIO TRANI – Hoje são três polos. São Paulo, São Luís e Vila Mariana.

O SR. RICARDO NUNES – Não tem uma ordem para expedição, para os carros saírem. Se eu tiver alguém da Chunque, a Abicel, da Ocel ou da Central, em algum desses locais que o senhor fechou agência, e ele pegar o coitado que está sofrendo, ele consegue ligar lá e fazer o carro se atendido mais rápido, o cliente?

O SR. SÉRGIO TRANI – Não. A estruturação

O SR. RICARDO NUNES – Tem uma ordem?

O SR. SÉRGIO TRANI – Tem uma ordem sim. Em que pese...

O SR. RICARDO NUNES – Tudo bem, Sr. Superintendente. Outra coisa...

O SR. SÉRGIO TRANI – Vereador, eu gostaria de responder, se o senhor me permitir.

O SR. RICARDO NUNES – É que isso é para amanhã, hoje seria só de finanças. Por falar de finanças, existe aquela legislação que permite às funerárias de outros municípios

fazerem a operação aqui em São Paulo, desde que pague uma taxa. Essas taxas estão sendo recolhidas?

O SR. SÉRGIO TRANI – As empresas que entram de fora, elas entram na condição de pegar o corpo e fazer o enterro para fora, levar para fora. Essa é uma lei estadual, lei inclusive conhecida como Campos Machado. O que acontece? Na entrada em São Paulo, se for para buscar e sair, isso é feito de maneira direta, recolhida a taxa, num registro quando é feito conosco. Quando é feito o registro, o registro é feito...

O SR. RICARDO NUNES – Não é feito o pagamento da taxa?

O SR. SÉRGIO TRANI – É feito o pagamento da taxa. Claro que sim.

O SR. RICARDO NUNES – Em todos os casos?

O SR. SÉRGIO TRANI – Claro. Quando vem de fora.

O SR. RICARDO NUNES – Em 100% cobra a taxa?

O SR. SÉRGIO TRANI – Claro que sim.

O SR. RICARDO NUNES – Então deixar claro, todas as taxas, dos corpos que vem de fora, são cobradas.

O SR. SÉRGIO TRANI – Tem que ser cobrado.

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

O SR. SÉRGIO TRANI – Essa taxa mesmo.

O SR. RICARDO NUNES - Então está bom.

O SR. SÉRGIO TRANI – Vereador, se me permite, não sei se eu posso usar mais segundo. Só queria deixar registrado que o Vereador Ricardo insistiu – vou usar esse termo, se me permite ser direto – que nós fechamos agências. Nós não fechamos agência. Não está na nossa condição fechar agência, pelo contrário, temos que ocupar de maneira correta o espaço de renda em São Paulo. As agências são fundamentais na condição da nossa receita. Eu não posso abri mão delas, de forma nenhuma. Evidente, com a estruturação do CEAFIZ nós teremos a estruturação centralizada e teremos que através disso tudo saber quais são as

agências. Isso, por exemplo, na conversa com Sempla ficou muito claro – vou antecipar até para responder um pouco isso e tentar convencer o senhor que não estou fechando nada – que na verdade é o seguinte, Sempla, através da estrutura da Secretaria Municipal da Saúde tem discutido conosco a criação do CEAFIZ e eles recomendaram, entre as quatro áreas que nós delimitamos, ela entende que talvez pegando a área de distribuição da saúde nós lutássemos a área, vamos chamar de Sudeste, que estaria colocado o cemitério Vila Alpina e o cemitério São Pedro. Naquela região podemos pensar como uma quinta alternativa para ter um centro de atendimento funerário. Nessa condição, na zona Leste, se nós tivermos só Itaquera é muito pouco de verdade para atender a população, em que pese nós termos um principal hospital onde acontece o número de óbitos. Lá nós teríamos que ter, talvez, uma agência estruturada na região Norte e na região Sul, São Mateus e Itaim Paulista. Isso nós estamos estudando e eu repito, posso colocar isso à disposição dos senhores na hora que quiserem.

O SR. RICARDO NUNES – Então nós temos 11 agências e o senhor vai abrir mais quatro? É isso?

O SR SÉRGIO TRANI - Desculpa?

O SR. RICARDO NUNES – Nós temos 11 agências e o senhor vai abrir mais quatro, o CEAFIZ. Passaremos a ter 15?

O SR. SÉRGIO TRANI – Não. Parte das agências iriam... Parte das agências vai estar aqui dentro, Vila Mariana hoje teria uma agência. A Central nós não temos como fechar, é uma agência que está estruturada. Certo? Nós temos que estudar quais são as agências no sentido de abarcar a população, dar atendimento e garantir a nossa receita. Não posso perder receita, por isso que agência tem tamanha importância.

O SR. RICARDO NUNES – Nós vamos ficar com quantas agências, seja lá o nome que você queria batizar. Agência ou CEAFIZ, que é a mesma coisa. Vamos ter quantos pontos de atendimento para a população de São Paulo?

O SR. SÉRGIO TRANI – Hoje, eu não vou lhe responder diretamente. Eu vou dizer

o seguinte, temos hoje 11 agências que não serão fechadas, e temos a criação do CEAFIZ ao longo de dois anos. A criação do CEAFIZ poderá substituir algumas agências. Isso está dado.

O SR. ANDERSON VENTURA – Sr. Presidente, eu gostaria, na condição de Diretor de Administração e Finanças da Autarquia, responder as questões pontuais que foram colocadas pelos nobres Vereadores e pelo Sr. Fábio, aqui presente, sobre as questões do nosso orçamento para 2014, se assim o permitir.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, o nome do senhor.

O SR. ANDERSON VENTURA – Sou Diretor de Administração e Finanças do Serviço Funerário do Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra.

O SR. ANDERSON VENTURA – Primeiramente, sobre a questão que o Sr. Fábio coloca, sobre os 11 milhões de investimento no elemento de despesa sobre construção e reforma e ampliação de cemitérios. O que ocorre? Os cemitérios não são de propriedade do Serviço Funerário e sim da prefeitura. Como esses 11 milhões estão alocados no orçamento em condição de investimento e não de reforma, eles não podem constar na dotação que o senhor fez menção. Então ele está apenas como valor simbólico de 10 mil reais. Os 11 milhões estão colocados no elemento de despesa 3.3.90.39, que está especificado como “outros serviços de terceiro ou pessoa jurídica”. Então os 11 milhões estão lá alocados.

Passando agora a questão que foi colocada pelo nobre Vereador inicialmente, sobre a nossa capacidade de investimento para o exercício 2013. O que ocorre? O orçamento 2013 foi superestimado. O orçamento está definido em 126 milhões, entretanto a nossa previsão hoje é fechar o ano em apenas 108 milhões, podendo chegar a 110 milhões, porque temos emendas parlamentares desta Casa que estão beneficiando o Serviço Funerário. Notem, entre esses 108 milhões, nós tivemos que absorver só de folha, com aumento que foi dado em abril, o montante de 11 milhões. A nossa folha estava estimada em 53 milhões, ela vai chegar em 2013 em 64 milhões. Chegando a 2014 na ordem de 71 milhões. Por que essa

diferença entre 2013 e 2014? No exercício de 2013 foram contabilizados apenas nove meses porque o aumento se deu a partir de abril. Para 2014 foram 12 meses. Portanto, absorveu 11 milhões a mais na folha. A receita ficou em 16 milhões abaixo do estimado. O déficit indicado, para o final do exercício, é de dez milhões. Nessa condição fica impossível fazer qualquer obra de investimento para melhorar as condições operacionais do Serviço Funerário à população.

Pois bem, sobre as dúvidas trazidas pelo Vereador que preside a reunião, acontece que a Secretaria de Planejamento determinou que mudássemos a organização dos elementos de despesa. Portanto, despesas com pessoal e encargos, que antes eram subdivididas, estão todas concentradas na administração da unidade, que era a anterior administração da autarquia. Por orientação da Secretaria do Planejamento fomos obrigados a fazer essa adequação. Portanto, qualquer comparação com o Orçamento de 2012 ou anteriores com a proposta de 2013 fica difícil devido às alterações impostas pela Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Sei que é difícil mensurar, mas temos de ter avaliação: vai ter aumento ou redução no Orçamento?

O SR. ANDERSON VENTURA – Vai ter aumento: de 126 milhões sobre para 186 milhões. E mantendo o custeio teremos aumento – que faz referência aos elementos que o senhor está nos perguntando – diretamente vinculado ao gasto com pessoal. Vamos sair dos atuais quase 65 milhões e vamos para 71 milhões, devido principalmente ao aumento dado pelo Prefeito Fernando Haddad no início deste exercício. Fica difícil a comparação porque anteriormente estava subdividido, e agora está agrupado na administração da unidade.

P – Entendi. Pelo que está falando, não vamos ter aumento para os funcionários, o ano que vem?

R – Não. Temos o aumento concedido que alterou nossa folha para 65 milhões, em 2013; e para 2014 chega em 71 milhões, mas incluindo encargos, transporte, todas as despesas vinculadas com o pessoal.

Referente a pergunta do senhor sobre a fábrica de urnas, que contava com dotação

simbólica, o Serviço Funerário há mais de 20 anos não produz urnas. Portanto, a dotação era mantida sem necessidade e por orientação da Secretaria de Planejamento foi suprimida do Orçamento. A autarquia não mais produz urnas funerárias.

De forma geral, as perguntas que os senhores fizeram sobre os elementos, creio, estão devidamente esclarecidas.

P – Na realidade, ainda fica a dúvida porque existia a previsão de 110, mas aumentou para 186. É isso?

R – Aí estamos falando da nossa receita. Estávamos tratando da nossa despesa em relação aos elementos que o senhor fez menção para fazer a comparação 2012 com 2013. Referente a nossa receita, comparando com o Orçamento de 126 para 186 milhões, comparando com o que efetivamente vai ser executado. Vamos sair de 108 para 186 milhões. Considerando então os 186 milhões, nós estamos trabalhando o fortalecimento e o crescimento da autarquia.

Como o nosso Superintendente fez menção, o serviço funerário nunca comercializou coroa de flores, que é um dos produtos mais rentáveis no meio funerário. Estamos propondo, só com a comercialização das coroas de flores, um aumento de 30 milhões na nossa receita. Então, nesses 60 milhões de aumento, teríamos 30 milhões só com a venda de coroa de flores. Hoje essa venda é feita pelo mercado privado, que trabalha no entorno das nossas agências, às vezes, com a participação inclusive de servidores públicos. Estamos propondo que a autarquia passe a ter esse produto na sua tabela de preços. A autarquia vai adquirir esse produto e comercializá-lo, como faz com os demais produtos: como véu, vela, urnas funerárias e outros.

Os outros 30 milhões estão estimados com uma reorganização da nossa tabela de preços, que está sendo proposta. Tabela de preços essa que precisa ser reorganizada para garantir a saúde financeira da autarquia, porque temos de considerar que dos 60 mil serviços executados por exercício, por ano, pela autarquia, 20% - portanto, quase 12 mil serviços -, são

subsidiados em 100% ou 70%. Estamos falando dos gratuitos indigentes, que representam 13% - mais de oito mil serviços por ano -, mais os serviços executados na urna opala. Não sei se os senhores conhecem a nossa tabela, mas quem contrata esse serviço paga, efetivamente, uma média de 300 reais e nós subsidiamos em mais 500 reais esse serviço, porque um serviço mínimo hoje executado pela autarquia tem um custo de 800 a 900 reais em média.

Portanto, considerando que 20% do que nós executamos; considerando que não recebemos aporte do Tesouro; considerando que a administração de 22 cemitérios está a cargo da autarquia – sem aporte -; considerando que os nossos preços de urnas foram reajustados, pela última vez, em 2009 e os nossos preços de serviços, de forma geral, foram reajustados em 2004 – portanto, estamos chegando no 10º ano sem reajuste -; nossa tabela precisa ser reajustada para assegurar a saúde financeira da autarquia e também acabar com a venda casada, que é o que acontece hoje nos serviços funerários.

Hoje a família, conforme o modelo da urna funerária que adquire, paga pelos mesmos produtos com valores diferentes, porque os produtos são condicionados ao valor da urna, gerando assim a tão questionada venda casada - questionada inclusive pelo Código do Consumidor.

Estamos apresentando uma tabela que vai acabar com a venda casada, vai reorganizar os nossos serviços em cinco padrões e, dessa forma, arrecadar os outros 30 milhões propostos para chegarmos ao orçamento de 186, garantindo assim o mínimo necessário para o custeio da máquina, em especial, o custeio com a folha e também os investimentos necessários - já elencados pelo Superintendente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Está ok. Só uma dúvida que ficou. Na realidade, o INSS não reembolsa aquelas pessoas sem recursos e indigentes? Não existe um reembolso em relação ao sepultamento?

O SR. ANDERSON VENTURA - Não senhor. O único reembolso que temos é para os doadores de órgãos, porque existe uma lei dizendo que a Prefeitura deve nos repassar o

valor correspondente aos doadores de órgãos. O que é executado para indigentes e para quem não tem condições de contratar os serviços gratuitos é subsidiado em 100% pela autarquia. Esse número corresponde a 12 mil serviços por ano. Então, isso onera e muito os cofres da autarquia.

Somamos que nesse valor também temos aquele serviço social, que na verdade é o mesmo serviço do gratuito, entretanto, a família paga para ter o direito à ornamentação com flores e ter o direito a velório, a família paga em média 300 reais, esse serviço custa para nós 800. Então nós acabamos subsidiando nesses serviços em mais de 500 reais a unidade, eles chegam a quatro mil serviços por ano. Então o número de serviços subsidiados pela autarquia hoje é muito alto e infelizmente nós temos que arrecadar nos preços praticados nas urnas populares, luxo e superluxo, que é para garantir a viabilidade financeira da autarquia.

O SR. SÉRGIO TRANI – Por isso, Vereador, o senhor me permite, só para colocar.

As despesas que foram alocadas a nível macro, que eu estava citando para os senhores, coloca o padrão de investimento do ano que vem, quando teremos reformas de cemitérios, reforma do crematório, que foi citado aqui, aquisição do mobiliário, necessário para reforma do cemitério, informatização dos cemitérios, que é o dado que tem que ser colocado hoje. A informatização está estruturada só na parte da autarquia, não está nos cemitérios. Os cemitérios hoje tem informatização zero. Sistema de monitoramento de agências e câmeras. Os senhores devem ter acompanhado o plano de segurança que estamos tendo hoje dentro dos cemitérios. Essa é uma discussão que foi feita agora, com o próprio questionamento que o Vereador Trípoli fez ao Secretário de Educação, quando ele fala: “Quanto se gasta com segurança privada?” Se hoje a Guarda que nos antecedeu colocou dificuldades concretas para poder ter segurança nas escolas, a de convir que nos cemitérios a segurança é praticamente zero. Então teremos que ter segurança privada. Isso faz parte da estrutura de investimento. A digitalização de arquivos, onde todos os nossos registros hoje são manuscritos, temos que digitalizá-los e particularmente o investimento do CEAFIG, que tive oportunidade citar em linhas

gerais.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu gostaria de agradecer a presença do Dr. Sérgio Trani, também do Sr. Anderson e também de toda Assessoria. Amanhã estaremos novamente debatendo essa questão do Serviço Funerário. Agradeço a presença.

Gostaria de convidar o representante da Superintendência da Autarquia Hospitalar, Sr. Roberto Morimoto e o Sr. Nilson Geraldo da Silva.

Tem a palavra o Sr. Roberto Morimoto, Superintendente da Autarquia Hospitalar.

O SR. ROBERTO MORIMOTO – Boa tarde. Vereador Aurélio Nomura, todos os Srs. Vereadores presentes e população presente, eu vou fazer uma rápida exposição.

A Autarquia Hospitalar Municipal responde administrativa e orçamentariamente por dez unidades hospitalares e três prontos-socorros e tecnicamente por mais seis unidades hospitalares. Vou passar rapidamente pelas necessidades orçamentárias da autarquia e o que efetivamente foi aprovado dentro do Governo, tendo em vista a composição da receita esperada e a necessidade das unidades que estão ligadas.

Uma coisa que eu queria deixar bem claro é que a Autarquia Hospital Municipal está intimamente ligada à Secretaria Municipal da Saúde, eu diria que é um dos braços de atendimento, um dos braços que dá atendimento à população, ligada à Secretaria Municipal da Saúde. Então é difícil ver a autarquia com um orçamento separado. Como é uma unidade orçamentária ela tem um orçamento, mas ela é muito ligada à Secretaria Municipal da Saúde, haja visto que seis das unidades hospitalares que estão tecnicamente ligadas à autarquia, estão ligadas orçamentariamente à Secretaria Municipal da Saúde através dos ditos contratos de gestão, as organizações sociais e dos oito prontos-socorros, somente três são ligados orçamentária e administrativamente à autarquia, os outros demais são ligados diretamente, em termos orçamentários, à Secretaria Municipal da Saúde. Então é difícil separar o que é orçamento da autarquia e o que é orçamento global da Secretaria Municipal da Saúde.

Preliminarmente, a autarquia desenhou um orçamento que seria na visão dela,

orçamento desejado, que daria em torno de um bilhão e 414 milhões. Não vou descrever aqui os elementos de despesa, mas o que foi de certa forma acordado tendo em vista a expectativa de receita e as necessidades da própria Secretaria Municipal da Saúde e o que poderia ser alocado à autarquia, o total de um bilhão e 49 milhões, dos quais vou separar por orçamento e despesa, para pessoal 494 milhões; contratos, 198 milhões; convênios – a autarquia mantém convênios com algumas entidades para que ela tenha um tipo de pronto atendimento dentro das unidades hospitalares, as AMAS hospitalares – 55 milhões; materiais e medicamentos, 130 milhões; reformas – reformas é quase tudo recursos federais – 134 milhões, 80% recursos federais; construção, dez milhões, esses todos recursos municipais. Construção que eu digo seriam basicamente projetos para as três novas unidades hospitalares que vão passar a compor a autarquia no futuro, é Parelheiros, Brasilândia e Vila Matilde, que atualmente dispõe a pegar o Alexandre Zaia, que o hospital que fica na Vila Nhocuné, para fazer uma expansão e seria um novo hospital praticamente. O Alexandre Zaia é um hospital de pequeno porte, então transformar esse hospital em um hospital de 250 leitos. Rapidamente seria essa a exposição que eu queria fazer.

Eu acredito, pelo montante que nós executamos hoje, que já chega a 980 milhões em termos de custeio, a previsão de custeio para o ano que vem está em torno de 905 milhões, eu acredito que nós vamos ter uma certa dificuldade, eventualmente vamos ter que solicitar uma suplementação no decorrer do ano, ao final do ano. Eu espero que não chegue a esse ponto, mas pela execução orçamentária desse ano eu sou obrigado a acreditar que nós vamos ter uma dificuldade, principalmente nos itens contratos e convênios. Seriam as grandes dificuldades que teremos. É possível que a gente não consiga executar todas as reformas que estão propostas aqui, daí poderemos eventualmente oferecer esses recursos que temos proposto para reformas. Construções já estão contratando o projeto executivo, daí já provavelmente conseguimos executar. As reformas é possível que a gente não consiga executar todas, mas, de qualquer forma, isso é uma coisa que vamos vendo durante a

progressão dos meses que se seguirão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu tenho uma dúvida. Na realidade, se formos considerar que nessa questão das reformas dos hospitais, 80% desses quase 140 milhões que vão ser investidos, estão ligados a recursos federais, na realidade nós tivemos um recuo de investimentos dentro da autarquia hospitalar municipal. Se tirarmos, mais ou menos, cem milhões, 104 milhões, vamos chegar a que houve uma redução do investimento.

O SR. ROBERTO MORIMOTO – Desse ano.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Desse ano para o ano que vem.

O SR. ROBERTO MORIMOTO – Se tirarmos os recursos federais.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nós ouvimos recentemente o Secretário da Saúde se manifestando e fala-se que, na realidade, o grande esforço do Governo seria com relação a essa questão do atendimento hospitalar, acelerar essa questão do atendimento, mas principalmente com relação a essa questão dos exames. Os exames estão demorando três, quatro, cinco ou muito, até sem prazo para ser definido. O que vai afetar essa redução dentro das autarquias hospitalares do município?

O SR. ROBERTO MORIMOTO – Vereador Aurélio Nomura, o que eu posso dizer é o seguinte, em relação aos exames, a administração dessa fila, a gestão dessa fila de exames hoje se encontra com o gabinete da Secretaria Municipal da Saúde. O que foi solicitado à autarquia foi uma complementação, quer dizer, uma ajuda na agilização desses exames e isso está sendo feito. A autarquia, através de mecanismos administrativos que ela possui, ela contratou uma série de exames e disponibilizou para a rede municipal. A autarquia em termos de exames necessários ao atendimento da população que necessita de internação hospitalar, necessita do pronto-socorro, do atendimento de urgência, acredito que não tem nenhum exame que esteja na fila, porque não poderia deixar ter.

Nós conseguimos expandir, por incrível que pareça, ampliando em cerca de 230 leitos que estavam desativados, ativando 230 leitos e cerca de 36 leitos de UTIs que estavam

desativados, UTIs pediátricas, nós conseguimos. Comparando o mês de julho deste ano com o mês de julho do ano passado, um incremento do número de internações de 50%. E comparando outubro deste ano com outubro do ano passado, um incremento de atendimentos de porta em torno de 80%. Isso foi decorrência de algumas atitudes que tomamos. Uma é reabrir os leitos através de contratação de emergência de técnicos de enfermagem, enfermeiras, fisioterapeutas e assim por diante, e os médicos de enfermarias eram médicos todos ou estatutários ou celetistas mais antigos, então deu para fazer essa abertura dos leitos até então desativados. Quer dizer, a grande amarra que tínhamos sentido para não ativar esses leitos era basicamente o pessoal de apoio ou o pessoal da equipe de saúde não médica. Então a autorização que recebemos de contratar esse pessoal, conseguimos ativar esses 230 leitos.

A UTI pediátrica basicamente era falta de médicos. Então nesse sentido fizemos um contrato administrativo, contratamos médicos porque apesar da autorização que tivemos de contratar 320 médicos através da urgência, não conseguimos. Provavelmente em decorrência do salário que está defasado para o mercado. O intensivista pediátrico, por exemplo, no mercado recebe em torno de 12 ou 13 mil reais por mês para um plantão de 24 horas, e o salário da Prefeitura é em torno de quatro mil reais. Então tivemos que contratar um serviço de terceiros para conseguir ativar esses leitos hospitalares pediátricos.

Mas de qualquer forma, em consequência disso tivemos incrementos de cerca de 50% no número de internações comparando junho e julho de 2012 com 2013. E o incremento que agora me veio às mãos, cerca de 80% de atendimento incluindo pediatria, clínica médica, cirurgia e ortopedia na porta do pronto-socorro.

Hoje já pedimos 27 milhões de suplementação, provavelmente para fechar esse orçamento sem deixar débito do exercício anterior, vamos precisar de outro montante desse em decorrência desse aumento da demanda que tivemos, porque não é só contratação de profissionais, mas também o reflexo desse aumento de demanda.

Por isso que estamos um pouquinho preocupados com o orçamento do ano que vem. Se mantivermos esse ritmo de crescimento, eventualmente ou vamos ter de remanejar recursos dentro do nosso próprio orçamento ou novamente pedir uma suplementação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Finalizando, de quantos recursos na realidade, para a gente ter um pouco mais de tranquilidade, precisaria locar para a autarquia hospitalar?

O SR. _____ - Só para esclarecimento, boa tarde a todos, Sr. Vereador, dentro da proposta encaminhada da autarquia que seria o nosso ideal, precisaríamos aproximadamente de 1,4 bilhão para 2014. Isso considerando todas as ações que já estão acontecendo, porque dentro dessas questões, em 2013, nós tivemos uma redução significativa considerando 2012, que já não conseguimos executar tudo por contenção orçamentária.

Tivemos este ano algumas suplementações de crédito adicional para atender as nossas necessidades e continuamos a pedir para novembro e dezembro, considerando tudo isso que o superintendente acabou de dizer, que foi o implemento da abertura de leitos e o atendimento que cresceu significativamente neste ano.

Então para o ano que vem, considerando essa posição, para que não tenhamos nenhuma dificuldade orçamentária ou financeira precisaríamos ter em termos de custeio 1,27 bilhão, fora esse investimento que está sendo previsto que virá de recurso federal. Então de custeio precisaríamos ter 1,27 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Então gostaria de passar a palavra ao Fábio Siqueira, por gentileza.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Mais uma vez, boa tarde a todos, Vereador Aurélio Nomura, Dr. Roberto da Autarquia Municipal Hospitalar, Sr. Assessor, população presente, realmente a gente fica até triste de saber que mais uma vez a Sempla cortou 350 milhões logo da área da Saúde. Quer dizer, prioridade máxima da gestão. Não sei mais então o que é

prioridade nessa gestão Haddad.

Desde já solicitamos obviamente que as emendas recomponham essa verba fundamental para a cidade de São Paulo, e também saber quanto foi gasto até agora – 2013 – nas reformas hospitalares. Se houve alguma reforma nesses 16 hospitais da autarquia, nem estou contando aqui o Sorocabana porque parece que também entrou no meio da lista, na minha visão equivocadamente, então para 2013 quanto foi e qual a verba individualizada de reformas até agora efetivamente gasto nesses hospitais. É porque há reformas urgentes, a gestão Serra/Kassab não fez, deixou um rombo de oito anos, então alguém vai ter de resolver ou encaminhar a resolução desses problemas.

Para o próximo ano observamos dados, aliás, bastante intrigantes. Também a questão da verba, se é colocada a compensação tarifária de 1,6 bilhão, quer dizer, dá para tirar desse valor excessivo 300, 350 milhões para a Saúde. Acho que isso tem de ser feito, chega de dar lucro para empresário do transporte. Fundamental, já tem a dica de onde tirar esse dinheiro.

Voltando à Saúde, observamos coisas muito estranhas no PPA e no orçamento. Por exemplo, para o Hospital da Mooca Dr. Inácio Proença de Gouveia, dois mil e quatrocentos reais para quatro anos de reforma. É possível isso? Dá para fazer alguma reforma com dois mil reais? Está muito estranha essa questão, sendo que para outros hospitais, por exemplo, Pirituba, Soares Hungria, 20 milhões; Itaquera, também uma reforma altamente necessária e prioritária, 16 milhões.

Quer dizer, algumas reformas - isso inclusive contém na verba federal – previstas para 2014. Algumas outras, como o Hospital Storopoli, fundamental para a Vila Maria, para 2015. Não é o Hospital Storopoli para 2015, é o Hospital Carmino Caricchio, Tatuapé, quer dizer, um dos maiores hospitais do Brasil e de São Paulo, em termos de leitos me parece que da zona Leste é o maior, não terá reforma em 2014, terá só o início de 2015.

Quer dizer, de onde veio essa prioridade. Tudo isso tem de ser muito bem

explicado nesse tópico bastante importante. É uma pena que um tópico que envolve 1 bilhão de reais tenha tão pouca discussão, especialmente na área da Saúde.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Fábio Siqueira. Gostaria de passar a palavra ao Sr. José Roberto Oliveira e Silva.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA E SILVA – Aliás, não são só os hospitais. Estão precários os hospitais, com problemas, principalmente o Menino Jesus que está com um problema sério e o orçamento de 2014 nesses hospitais que estão com problemas. A Santa Casa também, sou conselheiro gestor de saúde e toda hora temos lá na supervisão prestação de contas da Santa Casa e outros problemas.

Queria saber como está essa situação dos hospitais e do Menino Jesus, porque fizemos várias prestações de contas e até hoje não chegamos a nada, Santa Casa, está tudo quebrado, tudo ruim. Queria saber o orçamento de 2014 como vai ser.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Quem vai responder é o Nilson?

O SR. NILSON – Vou responder a pergunta do Sr. Fábio com relação às reformas que estão ocorrendo em 2013. Em 2013 executamos algumas reformas e estão divididas em algumas fases junto a Siurb. No Tatuapé empenhamos para esse ano, a primeira fase 1.500. Empenhamos para o Tatuapé, agora no final desse segundo semestre mais 1.500. Para o Sabóia, para o conserto do teto, mais 1.500. Inácio estamos empenhando mais 1.500. Em termos gerais, aproximadamente 6.400 milhões de reais em reforma nessas unidades: Tatuapé, Saboia, Inácio e incluindo Tide Setubal na faixa de 400 mil reais, também gastos nesse ano. Perfazendo um total de empenhamento para esse ano, em execução, 12 milhões e 400 mil para reformas previstas que estão ocorrendo por meio de ata da Siurb.

O SR. JOSÉ ROBERTO – Relativo ao Menino de Jesus. Menino de Jesus é uma unidade tecnicamente ligada a autarquia municipal, mas administrativa e financeiramente, está

ligada ao gabinete. O Menino de Jesus, é através de uma coisa que chama contrato de gestão. Uma OS, no caso o Hospital Sírio Libanês que administra. Em relação as Santas Casas e as outras unidades que atendem, realmente, é assim: há um grande déficit financeiro da área da saúde, isso em todo Brasil, a saúde, sem dúvida alguma é subfinanciada. Podemos ver nas Santas Casas, diferentes outras unidades, seja hospitalares, seja de rede básica, pronto socorro. Concordo de que há um déficit de recursos na área de saúde.

SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Não havendo mais inscrito, declaro encerrada a presente audiência pública, agradecendo a presença do Sr. Roberto Morimoto e Nilson Geraldo de Silva. Agradeço todos os presentes e lembrar que dentro do site da Câmara Municipal de São Paulo temos um formulário para solicitação de projetos de lei, para a Lei Orçamentária de 2014. Se todos vocês que não foram contemplados houver necessidade de fazer uma gestão para uma emenda que será encaminhada ao relator do Orçamento de 2014, por gentileza, faça por meio do site <http://www2.camara.sp.gov.br-audiencia/orçamento> que chegara as nossas mãos e do relator. Informações sobre o projeto, sobre plano plurianual e da lei orçamentária de 2014. Encontra-se dentro do orçamento da Câmara Municipal de São Paulo.

Estão encerrados nossos trabalhos.
